



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 2012 - ANO XXXI, NÚMERO 1



CORRIDA ELEITORAL FAÇA SUA ESCOLHA

Os seis candidatos à prefeitura de Florianópolis apresentam suas propostas e opiniões sobre os principais problemas da cidade

PÁGINAS 7 A 10

CONEXÕES

Supersalários na UFSC

Reitoria admite que 15 professores ganham salário acima de R\$ 26,7 mil, mas não revela lista dos nomes investigados

PÁGINA 3

ZERO ENTREVISTA

Frederico Vasconcelos

Repórter investigativo há 45 anos, ele dá dicas para os jornalistas iniciantes e analisa o julgamento do mensalão no STF

PÁGINAS 4/5

JORNADA

Jovens Empreendedores

Investindo em setores ainda não explorados do mercado de tecnologia, eles apostam em negócios de retorno rápido

PÁGINAS 12/13

Trinta anos de história e incentivo à formação de novos jornalistas

Em setembro de 1982, há exatos 30 anos, começava a história de um dos mais longevos jornais laboratoriais do país: o *Zero*. Nesse período, muita coisa mudou no jornalismo, especialmente com a incorporação das tecnologias digitais e as moderníssimas técnicas de produção e impressão. Das primeiras redações, com máquina de datilografia (as velhas Olivetti Linea 98), aos modernos computadores, o jornal passou da composição em linotipos, fotolitos às técnicas e tecnologias atuais, usando recursos de editoração eletrônica.

Nesse período, fatos importantes da história do país passaram pelas páginas do *Zero*: do fim da ditadura militar, o movimento Diretas Já (1984), a queda do Muro de Berlim e a primeira eleição presidencial desde o golpe de 1964 (1989), o impeachment de Collor (1992), o ataque às Torres Gêmeas (2001) e a invasão ao Iraque (2003). O jornal cobriu esse período histórico raro: desde 1989, a população elege o presidente da República há 24 anos, sem golpes nem quarteladas ou aventuras ditatoriais.

A reportagem de capa desta edição, material exclusivo, se insere nessa tradição: produzir notícias, pensando em contribuir para o conhecimento e esclarecimento dos leitores. Você vai conhecer um pouco mais o que pensam e prometem os seis candidatos à prefeitura de Florianópolis. A reportagem do *Zero* ouviu os candidatos sobre os temas mais

relevantes para quem vive na Capital.

Coerente com seu compromisso público, continuamos investigando o caso dos superprofessores da UFSC – docentes que têm remuneração superior ao teto do funcionalismo público da União (R\$ 26,7 mil – o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal). O assunto foi objeto da reunião do Conselho Universitário (CUn), realizada no final de julho. Naquela ocasião, foi oficialmente informado que 10 professores tinham recebido acima da lei, flagrados em auditoria interna da reitoria. Nossa reportagem apurou que esse número já evoluiu para 15 professores. Vamos continuar acompanhando o caso nas próximas edições.

E por falar nessa história, queremos registrar também que os editores do jornal no último semestre (professores Rogério Christofolletti e Samuel Lima) respondem a “Despacho Interno”, assinado pelo chefe de gabinete da Reitoria, Carlos Antônio Oliveira Vieira. Na prática é um pedido de informações que precede um possível processo administrativo, suscitado pelos professores citados nas reportagens anteriores. Se tal processo ocorrer, será a primeira vez na história do jornal laboratório. No entanto, o *Zero* estava certo em suas denúncias

e isto está provado pelo relato do mesmo prof. Vieira, na reunião do CUn, em julho. A responsabilidade da gestão Roselane Neckel e Lúcia Helena Pacheco é apurar o assunto até o fim, divulgando as informações à comunidade universitária.

O jornalismo é uma atividade complexa e exaustiva. Não é fácil recolher nas ruas (ou nos gabinetes) os fragmentos da realidade, voltar para a redação e remontá-los de forma a oferecer ao leitor um panorama dos acontecimentos. Fazer jornalismo de qualidade – aquele que se preocupa com documentos e testemunhos, contextos e confrontos – consome muito tempo e energia. Há 30 anos, o *Zero* escolheu esse caminho, e as pressões para abandoná-lo não são poucas nem pequenas. Insistir nele faz deste jornal laboratório uma experiência que orgulha a sua equipe e aqueles que por aqui passaram. Não só: permanecer em pé e andando pra frente é também reforçar uma vocação para servir ao leitor e não deixá-lo à deriva.

Três décadas se foram, mudaram as rotinas produtivas, mas o jornalismo de qualidade – nossa insistência – continua como gênero de primeira necessidade à democracia e ao interesse público. Boa leitura!

Pisamos na bola...

Na edição de julho publicamos um gráfico comparativo entre o balanço das Fundações e o orçamento da UFSC, informando que a Fundação José Botelho (FUNJAB) recebeu R\$ 10,3 milhões em 2011. Esse valor refere-se ao período de 2009 a 2012 (em alguns casos com exceção até 2014), como esclarece a profa. Leilane Mendonça da Rosa, presidente da entidade. “Em 2011, a FUNJAB recebeu atribuições de empenho da UFSC, o valor de R\$ 3.778.531,34 para executar a gestão financeira dos contratos firmados”, relata Rosa, em nota. Nota da Redação: Os dados publicados pelo Zero foram retirados do Relatório de Gestão da UFSC. Nesse balanço, as informações aparecem consolidadas, sem a referência do período anterior.

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Você sai do @zeroufsc, mas ele não sai de você. Vira e mexe me pego pensando “isso dá pauta pro Zero!”

Monique Nunes - Florianópolis

Parabenizando a equipe pelos excelentes dois últimos números que abordaram a questão das fundações na UFSC.

Mauri Antonio da Silva - Florianópolis

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

Papel do jornal laboratório

No outrora famoso curso de jornalismo da Universidade de São Paulo, em que uma vaga chegava a ser disputada por 80 candidatos, tínhamos uma disciplina laboratorial chamada Agência Universitária de Notícias. Nela, os alunos, ainda no primeiro ano, enviavam para uma rede de jornais reportagens sobre feitos científicos, em geral da própria Universidade.

Certa vez, descobrimos que alguns alunos inventavam entrevistas com cientistas a partir de publicações das diversas unidades dessa grande universidade. Aprendiam a cascatear já no primeiro ano.

Por que estou contando essa história? Porque ela aponta para o maior perigo de um projeto laboratorial: o de iniciar o futuro jornalista não nas excelências do ofício e no “espírito do jornalismo”, e sim nas maldragagens que caracterizam parte de sua prática nesta nossa sociedade ainda rançosa de autoritarismo e provincianismo. A “cascata”, a matéria jornalística inventada, é uma velha criação do jornalismo brasileiro, só recentemente surgida em veículos do porte de um New York Times.

O jornal laboratório – sem prejuízo da experimentação e de algum vanguardismo – deve priorizar a excelência jornalística. Incuti-la com intensidade tal, que ao entrar o recém formado no mercado de trabalho, ela permaneça traço essencial de seu ethos jornalístico, ao ponto de se instalar entre esse jornalista e o mercado, um conflito produtivo: o mercado precisará dele pelo seu brilho e competência; ele, por sua vez, influirá positivamente na qualidade do próprio mercado.

Por isso, sou contra projetos de jornais laboratoriais que acham normal o aluno errar ou produzir canhestamente, para “aprender errando”. Muitos desses jornais já sugerem a precariedade em nomes como “Rascunho” ou “Pré-pauta”. O nosso “Zero”, nesse sentido, adotou o nome errado, porque seu projeto claramente visa a excelência jornalística, principalmente a informação bem apurada, checada e re-checada, a relevância temática e a rejeição ao sensacionalismo.

Mas o espírito do jornalismo não é apenas isso. É também o texto que emociona, o estilo sensível, a foto que transmite, a história que cativa, o título sugestivo e a diagramação criativa. O *Zero* pode dar vários saltos, por exemplo, de temáticas regionais para temáticas nacionais, da reportagem local à reportagem continental. Pode também ficar na sua definição atual de público e de universo de preocupações. Mas o que não deve é ter matérias escritas como se fossem tímidas lições de casa, todas muito iguais e no mesmo estilo de relatório. É preciso garra e individualidade na escrita; títulos criativos na edição, e fotos que não apenas quebrem o cinza da página, mas façam valer o potencial do foto-jornalismo. Nesse projeto laboratorial, cada futuro jornalista desenvolverá estilo próprio, que será parte integral de sua personalidade pública jornalística.

Físico e jornalista, é doutor e pós-doutor em Comunicação. Lecionou na Universidade de São Paulo, onde se aposentou há cinco anos. É professor visitante da UFSC.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários
E-mail - zeroufsc@gmail.com
Telefone - (48) 3721-4833
Twitter - @zeroufsc

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXI - Nº 1 - Setembro de 2012 **REPORTAGEM** Gabriele Duarte, Giovanna Chinellato, Giovanni Bello Neto, Jéssica Melo, João Gabriel Nogueira, Leonardo Lima, Letícia Teston, Lucas Inácio, Luisa Nucada, Patrícia Krieger, Sâmia Fiates, Stefany Alves, Thaine Machado, Mirene de Sá **EDITORES** Ana Carolina Paci, César Soto, Darilson Barbosa, Francisco Dantas, Victor Hugo Bittencourt **DIAGRAMAÇÃO** Tulio Kruse, Ketryn Alves, Leonardo Lima, Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Giovanni Bello Neto (editor), Giovanna Chinellato, Ketryn Alves, Leonardo Lima, Lucas Inácio, Milena Lumini, Rafael Canoba, Victor Hugo Bittencourt **CAPA** Giovanna Chinellato, Ketryn Alves, Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **INFOGRAFIA** Rafael Canoba, Ketryn Alves, Helena Stürmer, Jennifer Hartmann **ILUSTRAÇÃO** Rebeca Acco **PROFESSOR RESPONSÁVEL** Samuel Lima MTb/SC 00383 **MONITORIA** Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 27 de setembro de 2012

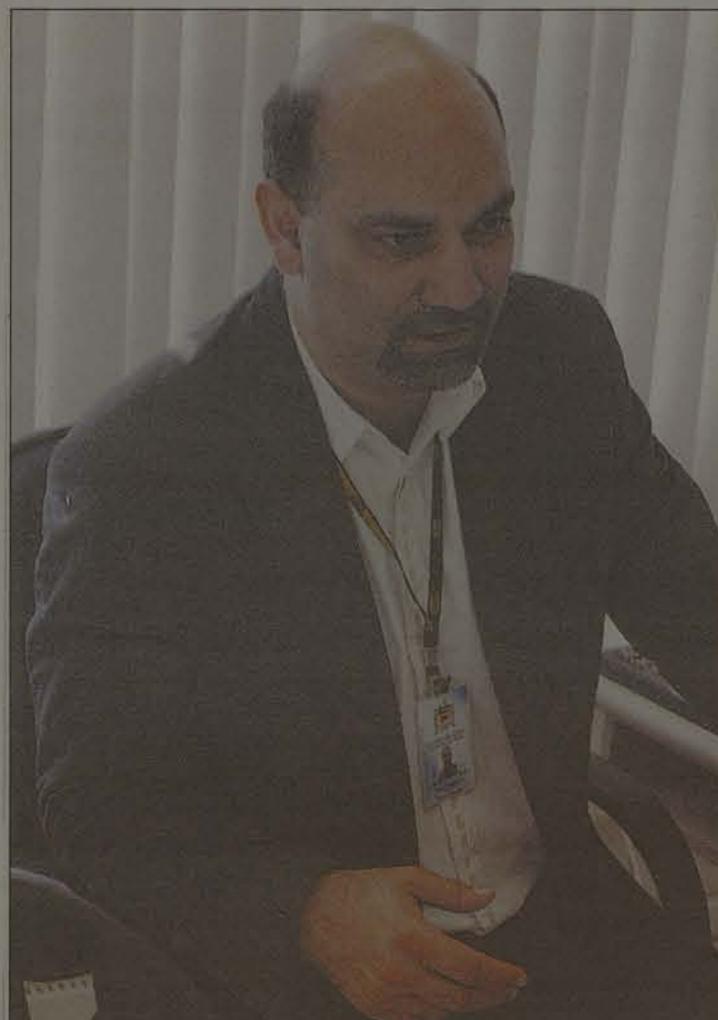
Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Reitoria investiga denúncia feita pelo Zero

Número de professores com supersalários sobe para quinze, mas nomes não são divulgados



Carlos Vieira não garante prazo de divulgação dos nomes

A matéria de capa da última edição do *Zero*, "Superprofessores", sobre docentes que acumulam bolsas de fundações de apoio, foi um dos pontos de pauta da reunião do Conselho Universitário (CU), no dia 24 de julho. A reitoria divulgou o resultado de um levantamento feito após as denúncias e apontou dez professores com salários acima do teto do funcionalismo público (R\$ 26,7 mil) em pelo menos um mês, mas não revelou os nomes. Dois meses depois da reunião, o chefe de gabinete de reitoria, Carlos Vieira, informou que o número "não passou de 15". E acrescentou: "Alguns salários ultrapassaram o teto constitucional em aproximadamente R\$ 15 mil". Isso resultaria em mais de R\$ 40 mil recebidos por um mês de trabalho.

Viera informou que algumas fundações haviam entregue apenas a lista das bolsas de projetos que usavam recursos da UFSC. Um novo pedido exigiu listas de todos os valores pagos, incluindo Recibos de Pagamento de Autônomo (RPA), e de projetos que recebem verba externa, como de órgãos municipais, estaduais e empresas. O chefe de gabinete da Reitoria explica que foi com essas informações que os outros professores foram identificados.

O período que está sendo investigado é de oito meses, de novembro de 2011 a junho de 2012. Os professores que receberam salários acima do teto em um ou mais meses foram notificados. De acordo com Viera, alguns fizeram depósitos devolvendo o dinheiro e outros enviaram justificativas. Ao ser questionado sobre um prazo para a publicação dos dados, ele diz que "Ficaria feliz se conseguíssemos divulgar

uma lista completa desses nomes até dezembro", mas não garante uma data. A reitoria criou uma comissão responsável por adequar as fundações e a UFSC à Lei de Transparência e anunciou está sendo criado um sistema de cadastro das bolsas pagas a servidores.

O conselheiro Carlos Alberto Marques, representante do Centro de Ciências da Educação no CU, foi quem pediu a inclusão do assunto como ponto de pauta na reunião.

Remunerações ultrapassam teto constitucional e podem chegar a R\$ 40 mil

Marques solicitou que fosse cumprida, o mais rápido possível, a Resolução 13 do CU, de setembro do ano passado, que regulamenta o controle e a publicidade mensais da relação de bolsas e projetos administrados pelas fundações. "Divulgar os pagamentos de bolsas dá transparência à instituição e também segurança: ao professor, que não precisa temer ser acusado de que recebe mais que o teto; e ao jornal, ao fazer uma denúncia."

A reitoria mantém o sigilo sobre os nomes dos docentes em investigação de situação irregular e não divulgou a relação de bolsas de pesquisa pagas a professores, que foram encaminhadas pelas fundações. "Nós não citamos nomes em momento algum, para preservar. Estamos dando ampla possibilidade dessas pessoas se justificarem", explica o chefe de gabinete. A administração não pretende divulgar a lista dos professores até que a investigação termine.

Giovanni Bello
giovanni.neto@gmail.com
Patrícia Krieger
patricia@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-300 - FLORENÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9122 - 3721-9681 - 3721-4918
E-mail: conselho@reitoria.ufsc.br

ATA N.º 13 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 24 de julho de 2012, às 9 horas, na sala "Prof. Ayrton Roberto de Oliveira".

265 equipe técnica para criar plano de controle de pagamentos, incluindo os valores de processos
266 referentes a projetos. Em discussão, o Chefe de Gabinete, Professor Carlos Antônio Oliveira
267 Vieira disse que há, por parte desta Administração, preocupação com a transparência e que,
268 sendo assim, providências foram tomadas no sentido de apuração das denúncias. O Chefe de
269 Gabinete informou que foram solicitadas às Fundações informações sobre o pagamento de
270 bolsas e que todas elas responderam prontamente ao requerido e também, que foi designada
271 uma equipe, na Secretaria de Gestão de Pessoas, para avaliar o salário de todos os professores. 6

272 A pesquisa apontou que dez professores ultrapassaram o limite em algum mês, no período de
273 novembro de dois mil e onze a maio de dois mil e doze. Os professores em tal situação foram
274 notificados, no sentido de ou apresentarem defesa ou, em caso de confirmada a irregularidade,
275 devolver o recurso recebido. Naquilo que diz respeito ao controle, o Chefe de Gabinete
276 comentou que há duas ações imediatas: a formação de uma equipe de trabalho com
277 representantes da Advocacia Geral da União, da Controladoria Geral da União, das Fundações
278 de Apoio e da Instituição e o desenvolvimento de um software, pela Superintendência de
279 Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação. A Vice-Presidente deste

295 forma mais discreta, no sentido de primar pelo direito de todos. O Conselheiro Carlos Alberto
296 Marques manifestou-se dizendo que o documento entregue por ele não desconhece as
297 providências tomadas, mas que a fulanização ocorreu e sendo assim é preciso proteger o
298 professor institucionalmente e, por isso, a necessidade de se dar uma resposta objetiva a
299 questão. Comentou ainda, que se a lista dos nomes dos professores em situação irregular já
300 existe que se dê publicidade a ela. A Presidência retomou a palavra, dizendo que o jornal O
301 Zero é um produto acadêmico e laboratorial e que os nomes não serão divulgados pela
302 Administração Central e que tal publicidade só será feita após a consolidação das
303 informações. O Conselheiro Fábio Luiz Lopes da Silva falou sobre o papel do jornal e, sob

Setic cria sistema de fiscalização

Para atender a exigência da Controladoria Geral da União de implementar mecanismos de controle que identifiquem os docentes que prestam atividades por meio das fundações de apoio, a Reitoria solicitou que um sistema de controle fosse criado pela Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic). Conforme a recomendação da CGU registrada no relatório de gestão de 2011, devem estar discriminados o período, as atividades e os valores das bolsas externas.

O sistema criado pelo Setic reúne pagamentos feitos por diferentes fundações a um mesmo funcionário. Caso o valor inserido faça com que a remuneração total ultrapasse o teto do funcionalismo, o cadastro da nova bolsa será impedido. As informações exigidas para cadastrar um depósito são o CPF do servidor, data e valor da bolsa. O formulário não exige nenhum comprovante do pagamento, seja em formato digital ou o comprovante físico digitalizado.

Ainda em fase de teste, a plataforma poderá ser acessada pela UFSC, pela CGU e pelas fundações. Izabela

Raquel, da Secretaria de Planejamento e Finanças, explica que "o sistema atua com uma lógica preventiva, no sentido de não possibilitar pagamentos que coloquem os servidores em situação de ilegalidade".

Questionado sobre possíveis brechas, Roberto Hoffmann, diretor do Departamento de Sistemas da Informação da Setic, diz que existe a possibilidade de a fundação não inserir o valor correto da bolsa. "Eles podem simplesmente não lançar os dados", adverte Hoffmann.

O cadastro de bolsas externas vai permitir que a CGU tenha acesso a informações mais organizadas sobre os pagamentos das fundações. No entanto, são fiscalizados apenas projetos que envolvem recursos federais - os que são pagos por outros órgãos públicos ou empresas ficam de fora. Apenas uma pequena parte das informações é analisada a cada checagem do órgão, que não tem período regular para ser feita. Tito Stolf, encarregado na CGU pela auditoria da UFSC, diz que com o sistema "a informação vai estar mais acessível, o que vai facilitar a amostragem. Mas em princípio, não muda a forma de trabalho."

Ética e cautela para investigar o Judiciário

Jornalista fala sobre seus métodos de reportagem e desafios na cobertura do terceiro poder

Só peço para que parem de me chamar de senhor, tá certo?". Frederico Vasconcelos, ou Fred, como prefere ser chamado, esteve na 11ª Semana do Jornalismo UFSC, em setembro. Com 66 anos de idade e 45 de profissão, o repórter especial da *Folha de São Paulo* é conhecido por suas investigações no Poder Judiciário. Antes de sua palestra, ele conversou com a equipe do *Zero*. Em pauta, suas investigações jornalísticas, os desafios atuais da profissão, a Lei de Acesso à Informação, o julgamento do mensalão e a importância do jornalismo para a manutenção da democracia.

Natural de Olinda, mesmo depois de tantos anos morando na capital paulista, o pernambucano não perdeu o sotaque. Formado em jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, começou sua carreira em Recife como repórter da sucursal Norte/Nordeste da antiga revista *Manchete*. Foi repórter, editor e secretário de redação da *Gazeta Mercantil*. É autor dos livros *Fraude*, que revela os bastidores das importações superfaturadas de equipamentos de Israel no governo Orestes Quécia, em São Paulo, *Anatomia da Reportagem: como investigar empresas, governos e tribunais*, e *Juízes no Banco dos Réus*, sobre investigações jornalísticas que realizou na Justiça Federal paulista durante seis anos.

Quando você se firmou como repórter investigativo, como passou a ser a relação com as fontes que não queriam que determinada informação fosse publicada?

É muito interessante essa relação com as fontes pelo seguinte: você é o maestro das coisas. Essa relação tem que ser muito clara, muito honesta. Você não pode permitir que isso se transforme numa dívida de gratidão: "Eu te passo essa informação e amanhã, se eu precisar, você nega". Tenho a seguinte cautela: não faço nada sem o conhecimento do jornal. Não dou um passo. Não publico nada. O trabalho de jornalista é um trabalho de equipe, e isso tem que ficar claro para a fonte também. Assim você despersonaliza. A fonte pode ser de todo o tipo, pode ser uma fonte boa, uma fonte comprometida... as boas não são comprometidas. Você está sujeito a receber dossiê que é "casca de banana", e tem que checar. Às vezes, você vê que uma peça pode dar uma bela matéria, mas pode ser apenas parte de uma investigação maior. E tem aquela clássica pergunta: "Qual é o interesse que você tem nisso?" Todos esses cuidados exigem tempo. Você não tem condições de fazer isso no jornalismo diário.

Como você vê o mercado para jornalismo investigativo?

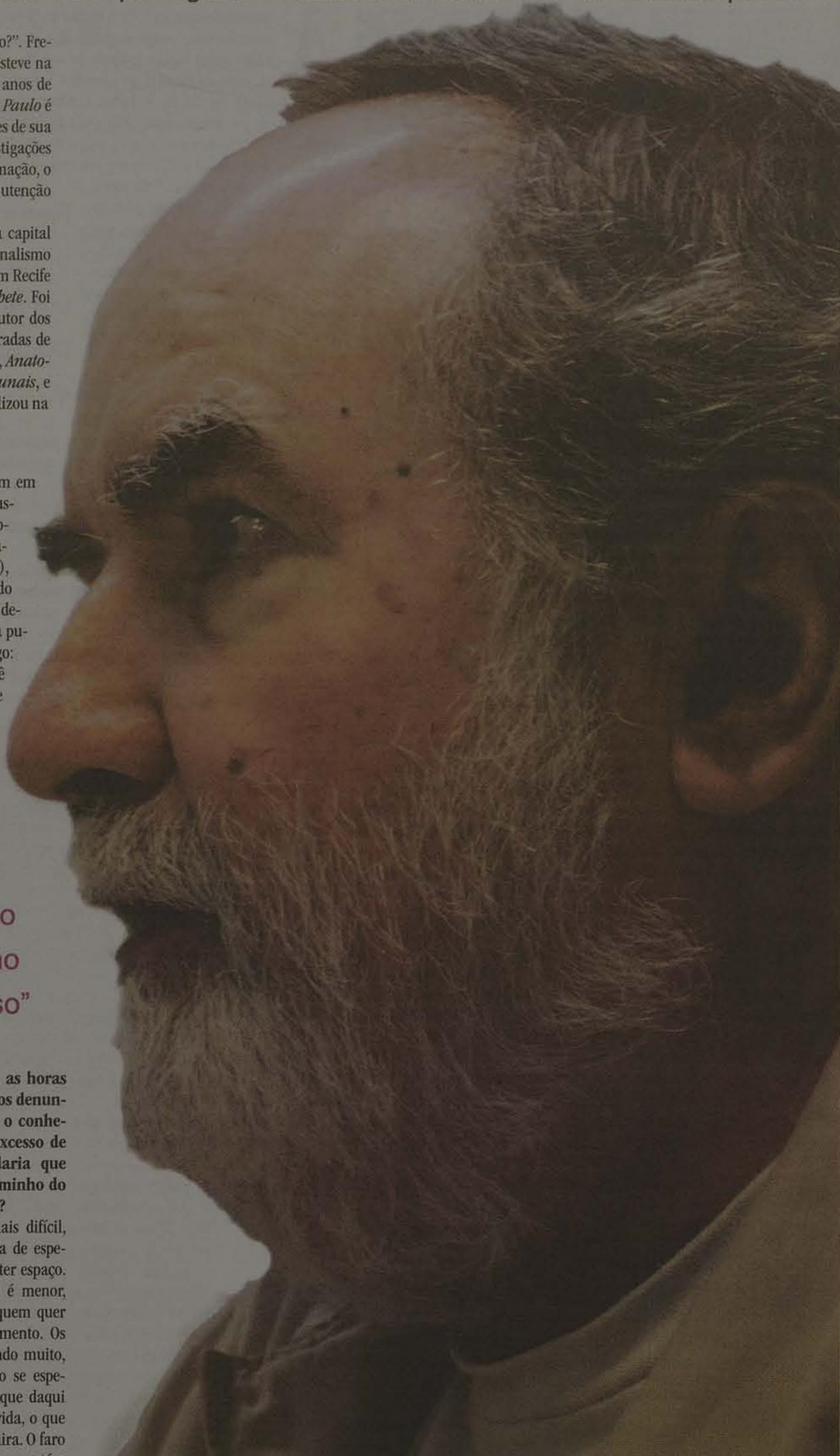
Para você fazer uma boa reportagem, leva tempo. Não tenho mais saco de ficar quatro anos em cima da mesma fonte, por exemplo. É um acúmulo muito grande e a cada matéria é necessário contextualizar. Eu ficava até constrangido imaginando que o editor pensava: "Lá vem o Fred com aquela mesma história". Só eu sabia que aquele passo era importante. Outra dificuldade maior é que você não pode ir além da própria capacidade e

interesse que o veículo tem em publicar, porque vai se frustrar. No congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), jornalistas do Nordeste e do Norte me perguntaram se deveriam fazer um blog para publicar as matérias. Eu digo: "não faça isso, porque você vai se expor sozinho". Se você não tiver uma publicação que banque esse teu trabalho, não tem jeito.

"Não faço nada sem o conhecimento do jornal. Não dou um passo"

Considerando o salário, as horas de trabalho, a pressão dos denunciados das reportagens, o conhecimento necessário, o excesso de pautas, você recomendaria que um "foca" seguisse o caminho do jornalismo investigativo?

Olha, vai ser cada vez mais difícil, mas acho que é uma área de especialização que sempre vai ter espaço. O espaço nas publicações é menor, o tempo trabalha contra quem quer fazer esse tipo de levantamento. Os jornalistas estão se ajudando muito, mas, principalmente, estão se especializando muito, e acho que daqui para frente, não tenha dúvida, o que vai distinguir é o faro e a mira. O faro para você localizar onde é que está a informação relevante, e a mira pra



"Você não pode ir além da própria capacidade e interesse que o veículo tem em publicar"

você não gastar tempo em uma coisa que não vai ter resultado, não trabalhar contra você mesmo. Tem que ter foco e ser rápido. Rápido e profundo. Ampliar muito a rede de fontes confiáveis e manter o faro apurado. Você tem que ter uma mistura de agilidade e uma certa cautela. Cautela para não sair com muita ambição, porque o estrago que é feito pode desqualificar todo um trabalho anterior.

Como você avalia a qualidade da cobertura do Poder Judiciário? É mais fácil você levantar informações no Executivo, porque eles são obrigados a dar. No Legislativo, mais ainda, porque todo mundo fala o que quer. Essas áreas sempre tiveram cobertura por dentro, o Judiciário só está tendo agora. Melhorou muito a qualidade e o grau de especialização dos jornalistas, antes eles só ficavam em cima da denúncia. Mérito da imprensa? Muito pouco, porque o Judiciário se abriu de dentro para fora, com o Conselho Nacional de Justiça e inspeções nos estados. O Ministério Público ainda é uma caixa-preta também...

O que o repórter que quer investigar essa área precisa hoje em dia? Só no Brasil tem quatro instâncias. Para cobrir o Judiciário você tem que conhecer como essas coisas caminham e saber se localizar. O importante é você ir buscar no processo. Se não conseguir sozinho, mas existir uma boa assessoria, ela pode te ajudar. Trabalhando no Judiciário, aprendemos com os advogados que existem muitas versões para o mesmo fato. Com

os juízes, a ser mais tolerantes. Estão acostumados a ver a decisão deles ser reformada, acostumados com a ideia de que a sua convicção pode não ser a decisão da justiça. Essa capacidade o jornalista geralmente não tem e não aceita.

Suas reportagens usam bastante comprovação documental, o que lhe resguarda de represálias. Mesmo assim, você já foi processado...

Ah, já! E a gente aprende muito quando toma um processo. Não tenha dúvidas de que qualquer pessoa que é processada fica com aquela pendência ali. Será que eles vão levar meus bens todos? Mas não é só isso. É que você sente na pele o que é uma pessoa querendo comprovar que agiu corretamente. Quando é uma ação de indenização movida por um magistrado, a mão do juiz costuma ser pesada... Então, já houve, sim, uns seis processos, todos de indenização. Alguns contra mim, alguns contra o jornal. Os que tiveram condenação em primeira instância o tribunal reformou depois.

Hoje, a internet trouxe algumas facilidades para a investigação,



“Acho que o mensalão é um laboratório da sociedade toda. É um desafio muito grande para a imprensa”

com os portais de transparência, que quando bem manuseados podem facilitar investigações jornalísticas. Como você fazia sem todo esse aparato?

Antes, para fazer essas coisas todas tinha que ser em cima de Diário Oficial. Hoje, com ou sem essa Lei de Acesso [à Informação], a informática ajuda muito. O grande risco que eu vejo na informática é você passar a ser um burocrata do teclado. Achar que aquelas informações que você obtém tendo acesso aos documentos é suficiente... não é. Tem que fazer as duas coisas: usar a informática e ao mesmo tempo o olho no olho, gastar a sola do sapato. Não tem nada que substitua essa parte. Se antes eu podia ter 20 fontes de confiança, hoje posso ter 300. Se a pessoa confia em mim, consulto por e-mail em dez minutos. A internet abriu nos dois sentidos: a possibilidade de você buscar documentos que antes estavam fechados e o número de fontes.

Além da busca por documentos, em que mais a Lei de Acesso à Informação pode beneficiar?

A internet é um canal que tem muita coisa pra ser explorada. Mas você tem que trabalhar com essa ferramenta a seu favor. Antes eu tinha que trabalhar lendo Diário Oficial. Uma vez tive que ler 700 súmulas em um caso específico, para mostrar que um Conselho absolvía todo mundo, todos os empresários e banqueiros. Para isso, peguei 700 súmulas de processo. Naquela época, a Bolsa de Valores não dizia quem era o conselheiro das empresas. Uma vez, fiquei um mês para descobrir quem era o conselheiro, pra depois poder dizer qual era a cadeia de interesses. Isso que fiz em um mês, pode ser feito hoje em 10 minutos.

Qual avaliação você faz de todo o processo do julgamento do mensalão até agora? Quais lições o julgamento pode deixar à sociedade?

Acho que o mensalão é um laboratório da sociedade toda. É um desafio muito grande para a imprensa e ela se preparou pra cobrir bem, cobrir por dentro. Talvez tenha sido o primeiro processo

aberto, assim, com essa amplitude, que permitiu a imprensa conhecer como é que funciona o esquema do Judiciário. Onde é que começa a denúncia? Pra onde ela vai? Quais as peças? Quais são os recursos? Acho que há um grande mérito do Joaquim Barbosa [relator do processo] por ter quebrado o sigilo desse processo, do contrário, não estaria tendo o resultado que está tendo hoje. Fiz uma entrevista semana passada com o juiz que cuidou do mensalão em Minas Gerais, na fase inicial, e ele disse:

“Se estivesse na primeira instância, não teria ido a julgamento.”

O outro lado que eu vejo, no capítulo da representação, que tem uma espécie de reverência desnecessária, né? O advogado primeiro elogia o advogado que antecedeu, que foi o mestre dele... que não tem nada a ver com o processo. E tem aquela reverência: “Vossa Excelência”, etc. Na véspera estavam dizendo que iam dar um espetáculo de defesa, e não funcionou... Acho que esse julgamento também pode levar a uma reflexão sobre isso. Qual é a utilidade que tem essa espécie de beija-mão? E também os votos longos, quilométricos... Tudo isso o cidadão comum passou a ver, passou a entender. E ele percebe isso, não precisa ser especialista em direito para ver.

Você diz, em um post no seu blog, que o julgamento do mensalão vem “expondo os advogados da elite”.

O que eu quis colocar com os “advogados da elite” é que são os melhores advogados, os mais preparados, que estão fazendo a defesa dos réus do mensalão. E, rigorosamente, as teses sustentadas até agora não foram suficientes para impedir que já houvesse um grande número de condenações. Uma constatação que fiz sobre os advogados é que existe toda uma representação. A vaidade é uma coisa muito natural,

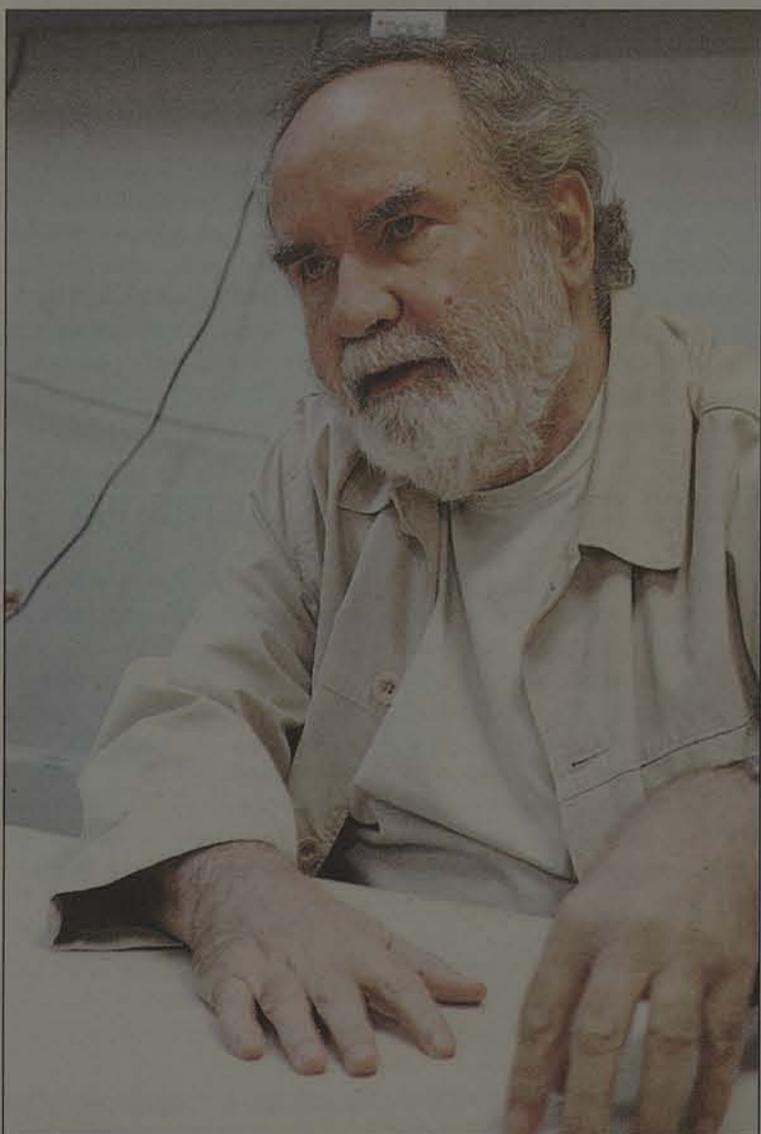
mas basta acender o “holofote” da TV Justiça e os ministros se comportam de forma diferente. Em alguns votos parecia que eles estavam dando uma aula, citando autores que seriam dispensáveis. Era apenas para dar um voto, não era o relator nem o revisor, mas por quê? Porque funciona um pouco essa coisa da vaidade.

Ao longo de sua trajetória como repórter investigativo, qual avaliação você faz desta modalidade de jornalismo para a consolidação da democracia na sociedade contemporânea?

É importante porque hoje não se aceitam mais as decisões fechadas, as questões sigilosas... Nesse

processo de abertura o jornalismo investigativo é muito importante, eu não tenho a menor dúvida, mas é apenas uma peça dentro de uma coisa mais ampla que é a liberdade - a democrática, a de imprensa... É um avanço o que acontece hoje de a própria sociedade cobrar os seus direitos. Em relação à imprensa, eu acho que não é só o jornalismo investigativo. Vejo com a mesma importância os editores, os editoriais... eu sempre vejo tudo como um trabalho de equipe. E tem o avanço que se tem nas mídias sociais e na internet. São todos mecanismos que temos para a consolidação da democracia. Ainda há muito espaço para caminhar, mas acho que já avançou bastante, levando em conta o pouco tempo que a gente tem desde o regime autoritário militar.

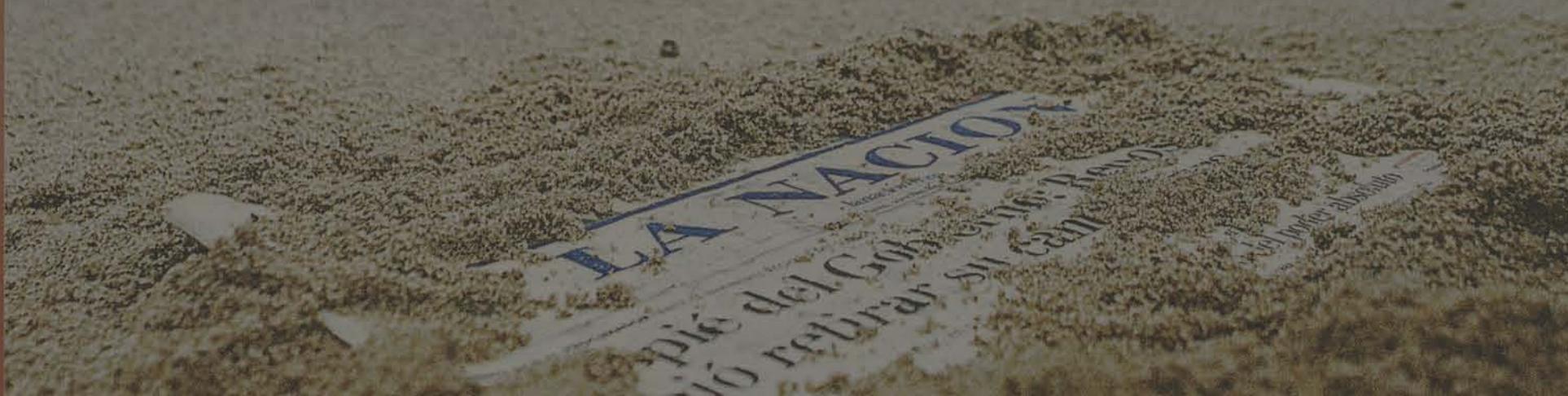
Gabriele Duarte
duartes.gabriele@gmail.com
Giovanni Bello
giovanni.neto@gmail.com
Mirene Sá
fmirene10@hotmail.com
Patrícia Krieger
patricia@gmail.com



“Tem que ter uma mistura de agilidade e uma certa cautela”

Santa Catarina mais longe dos argentinos

Medidas econômicas do governo Kirchner podem reduzir o número de turistas na temporada



Na noite de 13 de setembro, milhares de pessoas saíram às ruas de Buenos Aires batendo panelas para protestar contra o governo da presidente Cristina Kirchner. O descontentamento está relacionado às medidas protecionistas que Kirchner vem aplicando neste ano para frear a crise no país. Desde o final de maio os argentinos que desejam viajar para o exterior e comprar moedas estrangeiras precisam enfrentar algumas barreiras (ver box). Agora, além dos formulários e pedidos de autorização à Administração Federal de Recaudas Pùblicas (AFIP), aqueles que comprarem com cartão de crédito fora do país terão que pagar uma taxa de 15% sobre o valor total da operação. O agente de turismo argentino Pedro Biasoli conta que até ele sofre com as medidas. “Com a taxa de 15% os argentinos estão considerando veranejar no próprio país. Todas essas medidas fazem com que as pessoas tendam a ficar por aqui”.

Porém, para o presidente da Santa Catarina Turismo S/A (Santur), Valdir Walendowsky, as medidas não devem interferir tanto no turismo

do litoral catarinense. Ele diz que o argentino é historicamente poupador em dólares e quem tem a moeda, vai viajar. Além disso, o custo de vida na Argentina está mais caro que no Brasil e Santa Catarina tem a vantagem da proximidade geográfica, o que permite ao turista vir com seu próprio carro. “Até agora, do jeito que as coisas se encontram e de acordo com os operadores argentinos, Santa Catarina não sofre grande impacto”, avalia. Walendowsky também destaca que as medidas podem trazer turistas com maior poder aquisitivo, o que é favorável para a economia do estado. Mas alerta: “quem tem dinheiro quer exclusividade”.

Bom para Talmir Duarte da Silva, proprietário de uma pousada no Campeche, que atende às classes média e alta. Ele conta que seus clientes “buscam um lugar diferenciado e com menos turismo massivo”. Assim como Walendowsky, Silva acredita que aqueles que já tinham dólares antes das medidas devem continuar viajando, contudo, acha que Santa Catarina sofrerá o impacto da crise do país vizinho. “Temos que ver como tudo se acomodará e quais as vias

alternativas, tanto pelos argentinos como por parte do empresariado brasileiro, talvez até na aceitação de pesos como moeda de transação”.

Essa adaptação já acontece nas imobiliárias do Norte da Ilha. Denise Kappel, proprietária de uma empresa na praia dos Ingleses, constata que ainda não sente a queda na procura, mas que os argentinos pedem por outras formas de pagamento. “Nos anos anteriores eles pagavam 50% na reserva e 50% no ato e não era necessário o cartão de crédito. Agora eles pedem para reduzir o preço da reserva, parcelar em mais vezes e pagar no cartão”.

O Convention & Visitors Bureau de Florianópolis deve promover no início de outubro um *workshop* para avaliar com seus associados o possível impacto dessas medidas. A diretora executiva do *bureau* Juliana Castanho acredita que o perfil do turista argentino na cidade está mudando nos últimos anos. “Antigamente os turistas vinham com o carro com as portas amarradas, agora vêm com carros de luxo.” Por causa dessa mudança de perfil, Castanho reconhece que Florianópolis precisa trabalhar

os problemas estruturais, como o aeroporto, os centros de informações turísticas e a falta de voos.

O estudo de Demanda Turística da Santur, realizado no verão de 2012, mostra que o gasto médio dos turistas estrangeiros em Florianópolis ultrapassa o dos nacionais em até R\$ 20 por dia. Em fevereiro, a receita gerada por aqueles que vieram de fora do país foi quase R\$ 20 mil mais alta do que a dos turistas brasileiros, mesmo com estes em maior número. Além disso, os estrangeiros tendem a permanecer mais tempo nos hotéis. Na última temporada, do total de turistas de fora do país, 78% eram argentinos.

O presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Florianópolis (SH-BRS), Tarcísio Schmitt, avalia que ainda não há como mensurar as consequências, mas que com certeza todos os setores serão afetados. Segundo Schmitt, “para os turistas de classe A, que demandam principalmente Florianópolis, o impacto será menor, porém, para os de classe B e C, que demandam Camboriú e outros destinos mais baratos, virão em menor número”.

Pacote protecionista altera o câmbio

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, publicou no Boletim Oficial do dia 28 de maio medidas de controle à compra de moeda estrangeira. A iniciativa é mais uma do pacote protecionista que o governo vem fazendo para tentar tirar o país da crise. Agora, se quiser comprar moeda estrangeira para viajar ao exterior, o argentino precisará realizar uma Consulta de Operações Cambiárias, que é feita por meio do site da AFIP. Digitando a clave fiscal - uma senha que cada cidadão tem para acessar seus dados referentes à Receita Pública -, a pessoa deve preencher o formulário com as informações da viagem: país de destino, países de escala, motivo da viagem, data de ida e data de volta, meio de transporte utilizado,

dados pessoais de cada acompanhante e a quantia solicitada em pesos. Se o meio de transporte utilizado for avião, ônibus ou barco, o passageiro deve ainda informar qual a empresa que realizará o serviço e os dados da agência turística que vendeu a passagem. Caso a viagem faça parte de um pacote turístico, o plano de pagamento deve ser detalhado, com a inclusão da quantidade de parcelas pagas e em qual moeda. Após o preenchimento, o formulário passa por uma checagem de informações. Se os dados coincidirem com os da agência de turismo, a autorização é concedida. Este documento deve ser impresso e encaminhado a uma agência de banco para que a transação seja concluída.

Outra queridinha dos hermanos

Não é apenas Florianópolis que recebe muitos turistas argentinos. De acordo com um estudo da Santur, em 2004 eles representavam 57% dos turistas estrangeiros que passaram por Balneário Camboriú. No último verão, este mesmo estudo registrou a presença de 77% de argentinos entre os visitantes na cidade. O crescimento de 20 pontos percentuais em sete anos demonstra o interesse cada vez maior pela cidade.

O agente de turismo argentino, Javier Romanello, trabalhou com turistas compatriotas em Balneário Camboriú durante cinco anos. Para ele, além das praias, a cidade possui outros atrativos, como as festas e casas noturnas. Romanello explica que

“os meses de janeiro e fevereiro têm um público mais jovem por causa do agito da cidade”.

Diante das medidas do governo argentino, Romanello acredita que a partir de agora o turismo em Santa Catarina tende a diminuir. “Amigos meus que vêm todos os anos não sabem se conseguirão vir na próxima temporada. O peso está desvalorizado e as taxas do cartão de crédito são altas, e por isso os argentinos têm procurado outras alternativas no turismo interno, como Bariloche, Córdoba e Rosário.”

Sâmia Fiates
samiapf@gmail.com

Guia das eleições: quem merece o seu voto?

Conheça as principais propostas dos candidatos à prefeitura de Florianópolis em quatro áreas

O Zero entrevistou os candidatos à prefeitura de Florianópolis para ajudar o leitor a decidir em quem votar. Angela Albino, Cesar Souza Jr., Elson Pereira, Gean Loureiro, Gilmar Salgado e Janaína Deitos falaram sobre transporte, saúde, educação e meio ambiente. Na abertura deste caderno especial, você pode conferir uma pequena biografia de cada candidato e a posição deles sobre assuntos polêmicos que envolvem a Capital: solução para a mobilidade urbana, Ponta do Coral e duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira. Nas páginas 8, 9 e 10, você pode ler as entrevistas completas.



Candidato: Angela Albino (PC do B) - 65
Vice: Nildomar Freire (PT)
Coligação: "Avança Florianópolis" PCdoB, PT, PRB, PRP, PR, PT do B.
Formação/biografia: Ângela é florianopolitana, deputada estadual, bacharel em Direito, e servidora da Justiça do Trabalho. Em 2004, foi a única mulher eleita à Câmara de Vereadores de Florianópolis. Foi candidata à deputada estadual em 2006, ficando na primeira suplência da coligação. Concorreu à prefeitura em 2008. Assumiu mandato na ALESC em 2009 e 2010.

Solução para a mobilidade urbana: Plano Emergencial de Mobilidade (PEM). Aposta no transporte marítimo, na construção de 100 quilômetros de ciclovias interligadas e ônibus mais eficazes e baratos.

Ponta do Coral: "Eu considero a vocação daquela área como uma área de convivência pública. Definida essa questão judicial, nós temos que nos debruçar sobre o custo-benefício para a cidade. O que não posso é me comprometer com o meu querer acima da lei".

Duplicação da rua Dep. Antônio Edu Vieira: Acredita que a duplicação é necessária, mas prevê dificuldades: o custo é caríssimo, além do impacto na vida das pessoas.

Solução para a mobilidade urbana: Defende a criação de vias exclusivas para ônibus e melhoria desse tipo de transporte - com mais rapidez e conforto.

Ponta do Coral: "Desse tamanho - 700 leitos, equivalente em tamanho ao Centro Sul - e naquele lugar eu sou contra. Porque vai acabar com o trânsito. Vai parar a cidade da ponte até a Via Expressa Sul".

Duplicação da rua Dep. Antônio Edu Vieira: Sua proposta é duplicar de maneira humanizada e com diálogo para não acabar com o bairro. Não pode ser via rápida, tem que ser uma via que admita 60 km/h, no máximo, e que não divida o Pantanal em dois.

Candidato: Cesar Souza Jr. (PSD) - 55
Vice: João Amin (PP)

Coligação: "Por uma cidade mais humana" PSD, PP, DEM, PSDB, PSC, PSDC, PSB.

Formação/biografia: César nasceu em Florianópolis. Formado em Direito, trabalhou em TV no programa do pai, Cesar Souza, e na rádio Guararema. Foi eleito deputado estadual em 2006 e reeleito em 2010. No início de 2011, assumiu a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esportes. É candidato a prefeito pela segunda vez.



Candidato: Elson Manoel Pereira (PSOL) - 50
Vice: Alberi Adriano (PSOL)
Coligação: "Frente de esquerda" PCB, PSOL
Formação/biografia: Elson nasceu em Florianópolis. Formou-se em Engenharia Civil pela UFSC, é mestre em Administração Pública e doutor em Urbanismo, na França. É professor de Planejamento Urbano do curso de Geografia da UFSC. No mês de convenções partidárias, o PSOL negociou a formação de uma aliança com o PSTU, mas não conseguiu fechar acordo.

Solução para a mobilidade urbana: Seu partido defende a criação do Fundo Municipal de Transporte Urbano e Mobilidade e de uma Companhia de Mobilidade e Transporte Urbano. O dinheiro do fundo viria do IPVA, publicidade nos ônibus e Zona Azul.

Ponta do Coral: "A Ponta do Coral tem um destino público, que é o Parque das Três Pontas. Com base no Estatuto da Cidade, a construtora pode procurar outro local".

Duplicação da rua Dep. Antônio Edu Vieira: É contrário. Vai se empenhar para encontrar uma solução que privilegie as pessoas, e não os carros.

Solução para a mobilidade urbana: Promete criar uma central de controle de trânsito, com recursos do PAC 2 da Mobilidade Urbana. Pretende monitorar os 480 ônibus por GPS e criar o controle inteligente dos pontos de alagamento e desgastes de pavimentação.

Ponta do Coral: "Sou a favor de novos investimentos, desde que em contrapartida se tenham medidas compensatórias de interesse coletivo. Acredito que a Ponta do Coral deve ter áreas públicas".

Duplicação da rua Dep. Antônio Edu Vieira: Sugere o diálogo para assegurar a possibilidade de cessão da área, sem prejuízo à comunidade nem à UFSC.

Candidato: Gean Marques Loureiro (PMDB) - 15
Vice: Rodolfo Pinto da Luz (PMDB)

Coligação: "Florianópolis Ainda Melhor" PMDB, PHS, PDT, PPS, PV, PTB, PMN.

Formação/biografia: Gean é deputado federal licenciado. Nasceu em 9 de outubro de 1972, em Florianópolis. É formado em Direito pela UFSC, em Administração pela Univali; é mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Foi vereador por cinco vezes. Em 2011, assumiu vaga como deputado federal em Brasília. Ainda chefiou cinco secretarias durante a gestão Dário Berger.



Candidato: Gilmar Salgado (PSTU) - 16
Vice: Diogo Leal (PSTU)
Coligação: PSTU
Formação/biografia: Gilmar nasceu em Maravilha (SC). É formado em História pela Unochapecó e servidor público da Casan. É candidato a prefeito pela segunda vez. Filou-se ao PT em 1998 e rompeu com a sigla para ser um dos fundadores do PSTU em SC. Foi diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em SC, mas em 2003 rompeu com a entidade.

Solução para a mobilidade urbana: Propõe a municipalização do transporte público, com melhoria da qualidade do serviço de ônibus, integrado ao transporte marítimo e ciclovias. Promete tarifa zero emergencial a estudantes e desempregados.

Ponta do Coral: "Deve ser um parque cultural público unindo as três pontas. No hotel de luxo, nós trabalhadores só vamos conseguir entrar para ser mão de obra explorada. Se construído, complicará o trânsito e degradará ainda mais o meio ambiente".

Duplicação da rua Dep. Antônio Edu Vieira: É favorável, porém entende que a obra deve levar em conta a vida dos moradores do bairro; é contra a ditadura rodoviária.

Solução para a mobilidade urbana: Sua proposta é o "sistema rapidinho": a construção do eixo Norte-Sul e do anel viário em torno do Centro, com corredores exclusivos para ônibus triarticulados, que teriam capacidade para 300 pessoas.

Ponta do Coral: "Sou a favor que seja um parque público. É uma luta de mais de trinta anos da sociedade civil para construir o Parque das Três Pontas. Eu acredito que a cidade tem que crescer, mas de outras maneiras".

Duplicação da rua Dep. Antônio Edu Vieira: É favorável. Entende que, se for necessário, deve haver desapropriação, mas com diálogo, principalmente com a UFSC.

Candidato: Janaína Deitos (PPL) - 54
Vice: Luiz Gonzaga Vieira (PPL)

Coligação: PPL
Formação/biografia: Janaína é natural de Porto Alegre (RS). Fundadora do Partido Pátria Livre, a advogada começou sua militância política no movimento estudantil secundarista, depois no movimento de mulheres. É tesoureira da Federação Catarinense de Mulheres e diretora da Confederação das Mulheres do Brasil. Janaína disputa uma eleição pela primeira vez.





Milena Lumini



Arquivo/Noticias do Dia

Angela Albino

Educação

Uma de suas propostas é a criação de quatro Centros de Educação Integral para a Cidadania (CECIs), centros com laboratórios e equipamentos, onde será necessário um investimento pesado. De onde virá esse dinheiro?

Nós temos dinheiro no Governo Federal. Não vamos iniciar com o melhor dos mundos, mas

vamos iniciar. A parte estrutural é maior, mais cara. Levantamos alguns custos, mas depois achamos menos relevante, porque isso é um processo muito dinâmico. Ao estar no governo ele acaba oscilando muito, não faz muito sentido discutir custo agora. O que discutimos é projeto. Queremos chegar até o fim do governo com os quatro CECIs prontos.

Mobilidade

A licitação do transporte público é um problema antigo. Sua campanha dá a entender que a senhora irá fazê-la, mas ela já está sendo feita, correto?

Quando a gente diz “vamos fazer a licitação”, é porque às vezes a gente precisa falar também a linguagem do povo. Então, quando diz isso, quer dizer “nós temos um compromisso de que essa licitação aconteça”.

Sua proposta de mobilidade inclui o transporte marítimo, que é prometido há 20 anos. Qual o seu diferencial para dar certo?

Atualmente no país, é possível construir parcerias com o Governo Federal. Outro ponto é a concepção de viabilidade econômica, que não via a mobilidade urbana como um direito social, via como uma forma de deslocamento, submetida à lógica do lucro. Nós queremos começar o transporte marítimo. Não vamos entregar ao final do governo um transporte marítimo perfeito, extraordinário, mas vamos começar, ele precisa começar. Nossa previsão, com projeto e licitação, é começar a primeira linha, pelo menos, até metade do governo.

Meio Ambiente

Está entre as suas propostas aumentar a coleta de esgoto para 100% e reciclar 40% do lixo em 18 anos. Por que 2030?

Alguns institutos, como o Floripa Amanhã, defendem que, mantida a atual forma de desenvolvimento da nossa cidade – que em 16 anos aumentou 60% da população e a cada dia 17 pessoas vêm morar aqui – em 2030 nós chegaremos a um milhão de habitantes. Então, 2030 é esse marco populacional de um milhão de pessoas em Florianópolis e três milhões na Grande

Florianópolis. O que a gente está propondo não é o planejamento que se faça dentro do gabinete, é a cidade dizer seu rumo. Nós temos a necessidade de uma relação de solidariedade com os municípios do entorno. Nosso lixo vai para Biguaçu e nossa água é captada em Santo Amaro da Imperatriz. Nós não somos autossuficientes e o que nós queremos até 2016 são números que a gente construiu dentro de parâmetros técnicos e recursos que hoje estão disponíveis no Governo Federal.

Saúde

Sua proposta é a otimização dos postos de saúde, extensão do horário de atendimento até às 22h e abrir postos nas comunidades onde eles não existem. Por que até às 22h? Como foi pensado isso?

Não são todos, a ideia é ter postos regionais. Para a pessoa, no bairro dela, poder ter essa assistência lá na sua região. No Centro também, prioritariamente, porque às vezes é mais fácil a pessoa sair do trabalho e passar no posto de saúde. Esse

horário foi estabelecido por amostragem. A gente foi vendo a necessidade das pessoas e o identificou como razoável para dar tempo da pessoa ir em casa. Até meia-noite fica perigoso deixar os profissionais ali.

Thaine Machado

thaine.machado@gmail.com

João Gabriel Nogueira

jotage.nogueira@gmail.com

Cesar Souza Júnior

Educação

O senhor quer implementar a educação integral usando espaços ociosos. Como garantir que os donos dos espaços vão ceder? Vamos iniciar pelos cinco bairros com menor Índice de Desenvolvimento Humano da cidade. Se precisar, constrói, mas vamos tentar usar o que já está disponível. Se necessário, utilizando lugares privados, remunerando pelo uso da área. Asseguro que é a maneira mais barata e

rápida de fazer a educação integrada.

E a demanda pela contratação de novos profissionais? Como resolver esse aspecto?

Se eu ficar pensando que tem que ser todo mundo contratado por concurso público, todo mundo professor e que os espaços têm que ser 100% públicos, não dá pra fazer. Tem suas dificuldades, mas vamos dar uma ocupação decente para as crianças fora do horário.

Mobilidade

Além da faixa exclusiva, que outras propostas o senhor tem para encorajar o uso dos transportes de massa pela população?

A nova licitação vai nos propiciar passagem mais barata e com mais conforto, e isso já vai estar alicerçado nessa ideia de transporte coletivo a longo prazo. Não dá para parar o sistema atual e colocar um novo, vamos fazendo as adequações, mas o rumo tem que ser esse.

A licitação que estava vigente até 2009 du-

rou 20 anos, quando o pai do seu vice (João Amin) era prefeito. A sua gestão pretende trabalhar a nova licitação também com esse período longo?

Quando o governador Espiridião Amin fez a licitação em 1989, ele fez o certo. Ela deveria ter sido liberada de novo quando se encerrou em 2009. Se você for analisar, as concessões de transporte coletivo têm uma duração relativamente longa, mas o período vai ser avaliado.

Meio Ambiente

O senhor diz que a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) não dispõe de uma estrutura legal e administrativa adequada para a execução de uma política ambiental. Isso significa o fim da Floram e a sua substituição por uma secretaria municipal?

Não representa necessariamente o fim, mas o seu fortalecimento. São dois aspectos: novos concursos para a Floram e, enquanto os concursos não ficam prontos, parcerias com as nossas universidades. Tem muito conhecimento dentro delas que não é utilizado pela nossa cidade, que-

remos trazer as extensões para a prefeitura.

Qual seria a atribuição desse novo órgão que o candidato pretende criar, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente?

Ele vai ter a condição de acessar recursos federais. Hoje, a questão ambiental em Florianópolis tem que estar em uma secretaria forte. Integrando esses sistemas, teremos uma secretaria com mais solidez para captar recursos. Já em janeiro nós encaminharemos para a Câmara o projeto de reforma administrativa, para que lá façam suas alterações e a avaliem.

Saúde

O senhor aponta a falta de médicos e as filas como o principal problema, e diz que os atendimentos serão feitos em forma de mutirão. Serão contratados mais médicos? A primeira coisa é reparar o salário, abrir processo seletivo e normalizar o sistema, antes até do que os mutirões. Em seguida, realizar a contratação de médicos para que façamos unidades móveis que vão até os bairros e zeram as filas,

pois com elas o sistema está estrangulado. Para fazer isso tem que ter dinheiro. Vou contar com a ajuda do Governo do Estado, buscar com o Governo Federal e cortar na Prefeitura.

Gabriele Duarte

duartes.gabriele@gmail.com

Lucas Inácio

lucasinacio.jor@gmail.com



Elson Pereira

Educação

A proposta de profissionalizar os projetos extracurriculares para chegar ao turno integral partiu de algum modelo de sucesso, nacional ou estrangeiro?

Nós entendemos que educação em período integral significa pensar em um projeto pedagógico que contemple todo período em que os estudantes estão na escola. Atividade lúdica, atividade

esportiva, para se inserir dentro de um projeto e não como complemento do turno. Nós não buscamos um modelo em outros locais, isso surge de um debate interno da categoria. O que acontece é uma reprodução na educação da convivência social existente na sociedade. Nós queremos um projeto pedagógico próprio, integral, visando a condição própria de Florianópolis.

Mobilidade

Sobre transporte coletivo, no que consiste sua proposta que diz respeito à criação da Companhia de Transporte Municipal?

Há uma capacidade hoje de financiamento exequível para o sistema de transporte. A Companhia de Transporte Municipal entraria para

gerenciar esse sistema com capacidade técnica e de estabelecer verdadeiramente os custos. Não há hoje condições institucionais na cidade para um sistema puramente público, por isso haveria uma convivência com o sistema de concessão, que já existe.

Meio Ambiente

O senhor pretende recuperar 100% da balneabilidade das praias. Já existe um plano para isso?

O esgoto é coletado *in natura*, levado às estações de tratamento, mas chegando lá não é tratado como deve e sai com um grande grau de impureza para o sistema hídrico. A Casan está sendo ineficiente, o próprio órgão de gerenciamento ambiental do Estado denuncia, mas a prefeitura não tem a menor capacidade de gerenciar esse sistema. Então, quando nós falamos de protagonismo, é criar dentro da Secretaria de Habitação e Saneamento uma estrutura

suficiente que diga: "nós damos a concessão para uma empresa pública, a Casan, mas nós queremos um serviço de qualidade". Teremos um laboratório e técnicos que farão o monitoramento de todo o sistema.

A contratação de técnicos e a instalação de um laboratório exigirá recursos. De onde viria o dinheiro para isso?

Acreditamos que o Estado é o único promotor do bem estar coletivo. Há recursos escassos e também direcionamento de recursos que não concordamos. Então, o redirecionamento vai dar vazão a muitas de nossas propostas.

Saúde

O senhor fala em combater a privatização na saúde. Como ir contra as terceirizações do Governo Federal nessa área?

É uma luta muito mais política e possível. A sociedade já mostrou vontade de ir contra políticas tão fortes como essa. Nós enfatizamos duas coisas. Uma abrange a defesa do SUS e das equipes da saúde da família - que hoje são sobrecarregadas e atendem muito mais famílias que o preconizado pelo ministério - e um conjunto de ações contra a privatização, as empresas e as organizações sociais dentro dos hospitais. A outra é a criação de um sistema de combate a

doença e promoção da saúde. Uma cidade saudável demanda menos equipamentos curativos. Acreditamos no fortalecimento dos Conselhos e no incremento da democracia representativa para torná-la participativa. Há Conselhos em Florianópolis, mas a maioria não é autônomo e sim tutelado pelo Estado. À medida que damos mais autonomia para uma fundação, temos mais respaldo, inclusive, às políticas públicas.

Thaine Machado
thaine.machado@gmail.com
João Gabriel Nogueira
jotage.nogueira@gmail.com

Gean Loureiro

Educação

É necessário construir novas instalações para a implantação de Centros de Inovação da Educação Básica (CIEBs), que recebam as crianças no contra-turno das aulas?

Sim, claro que é necessário. O CIEB já faz parte do projeto apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que contemplou Florianópolis com um financiamento para a educação. No CIEB é possível trabalhar com

games, aplicativos, cultura, arte e esporte de maneira interativa, inclusive, em reforços de inglês e espanhol. A relação das atividades com a tecnologia permite que o jovem cresça com essa cultura, que é a vocação de Florianópolis, e tenha muito mais facilidade na busca de oportunidades de trabalho. Hoje o CIEB não custa muito mais que uma grande escola. Algo em torno de R\$ 7 milhões.

Mobilidade

Em relação à proposta de tarifa zero para estudantes, quem seriam os contemplados? Como o benefício seria custeado?

Todos os estudantes de escolas, cursinhos e universidades. Hoje o sistema tem um cadastro de aproximadamente 41 mil estudantes beneficiados com o desconto de 50% na tarifa. Vamos pagar essa diferença para chegar à tarifa zero. O investimento necessário para isso é em torno de R\$ 940 mil por mês, valor que será retirado do Fundo Municipal de Trânsito, que reunirá os recursos das multas de trânsito, dos estaciona-

mentos da prefeitura, da publicidade nos ônibus e nos pontos de ônibus. Isso vai arrecadar o mínimo de R\$ 20 milhões por ano. O custo da tarifa zero chega em torno de R\$ 11 milhões ao ano. Fizemos o cálculo estimado pensando nos estudantes já cadastrados. Os números exatos dependem da implementação. Como temos uma folga do Fundo, usamos aqueles 50% com uma previsão de até 15% a mais ou a menos. A ideia é criar o Fundo via decreto. Se tiver algum questionamento, vamos encaminhar o projeto de lei para ser aprovado na Câmara.

Meio Ambiente

Uma de suas propostas é combater as construções irregulares, embargando as obras e a demolição daquelas que já estão agredindo o meio ambiente. Já foi feito o mapeamento dessas áreas irregulares na cidade?

A fiscalização da prefeitura acontece diariamente. Fala-se do crescimento desordenado, mas o que existe é o crescimento exagerado. Temos que definir a política de zoneamento da cidade. Isso se faz primeiro em parceria com a comunidade.

Saúde

O recurso destinado à saúde no município está 5% acima da média nacional e a sua proposta é aumentar. Esse recurso é insuficiente porque está sendo mal gerenciado?

Não. Mas 20% dos pacientes ainda demora mais de sete meses por consultas de especialidades que o município ainda não assumiu. Nossa proposta é ampliar especialidades diminuindo

Quadruplicar o número de fiscais nunca é o suficiente. E quanto às construções irregulares, há um processo legal em que a prefeitura pode tomar providências através de ações demolitórias. Muitas vezes a pessoa constrói irregular, começa a morar e, legalmente, não se pode mais derubar. A prefeitura vem constantemente realizando demolições. Em alguns casos, tem que partir para o trâmite judicial e esse trâmite vai continuar e ser ampliado.

as filas. Vamos ampliar a capacidade de investimentos com recursos da prefeitura. Temos uma meta de chegar a 22%, 23% da receita da prefeitura em investimentos na área de saúde.

Gabriele Duarte
duartes.gabriele@gmail.com
Thaine Machado
thaine.machado@gmail.com



Gilmar Salgado

Educação

Como viabilizar a estatização das escolas que o senhor propõe, com tantos colégios particulares tradicionais os quais as pessoas estão dispostas a pagar?

Não podemos concordar com dois tipos de acesso à educação: para quem paga, melhor qualificada, e outra pública, de baixa qualidade.

Como melhorar o nível das escolas públicas?

Através da bandeira nacional dos 10% do PIB para educação. Também acabaremos com o vestibular, como na Bolívia.

E qual método poderia substituí-lo?

Se tem verba, tem vaga para todos, não precisa de vestibular. A expansão das universidades foi precária. A hora é agora de discutir o Plano Nacional de Educação.

Mobilidade

O senhor fala da municipalização do transporte público. Como isto seria viabilizado?

A empresa de ônibus tem uma concessão de 10, 20 anos. As atuais estão há mais de 30. Queremos retomar o sistema para a prefeitura. Iríamos, então, criar uma empresa pública municipal de transporte com a participação dos conselhos populares - trabalhadores e usuários. No início seria uma tarifa baixa, depois lutaremos pelo passe livre.

Como garantir tarifa zero aos estudantes e desempregados, como você propõe?

A prefeitura tem condições de oferecer, de manei-

ra emergencial, tarifa zero a esses grupos. Hoje, a prefeitura dá R\$ 8 milhões por ano em subsídios aos empresários. O ISS (Imposto sobre Serviços) foi reduzido para as empresas em 0,01%. Só não zerou porque a legislação não permite.

O transporte marítimo em Porto Alegre tem custo de R\$ 8 por passagem. É possível um modelo público com tarifa zero?

O PIB em Florianópolis é de R\$ 8 bilhões. O PSTU defende o aumento dos impostos para os empresários, impostos progressivos - quem tem mais fortunas, mais paga. E também acabar com isenção e sonegação fiscal em Florianópolis.

Meio Ambiente

No seu plano de governo não há propostas nessa área. O que o senhor pretende fazer?

O meio ambiente está bastante relacionado ao plano diretor participativo. Defendemos a participação da sociedade, através dos núcleos gestores. É o início da construção dos conselhos populares. Temos que avançar para que esse plano diretor com participação da sociedade se torne

mais do que participativo, mas deliberativo. Outra medida é a universalização do saneamento básico em Florianópolis. É preciso fazer uma articulação entre Casan e Comcap e exigir investimentos via empréstimo. O saneamento básico é fundamental para preservar a qualidade da água do mar e o trabalho dos pescadores, por exemplo.

Saúde

Você propõe a gestão municipal da saúde, com aplicação de, no mínimo, 15% do orçamento municipal. O governo atual já investe 20,6%. Por lei, o mínimo já é de 15%.

Nós não tínhamos esse dado concreto da prefeitura. Esse orçamento, dentro de 15-21%, é insuficiente. Tem que dobrar as verbas para saúde. O dinheiro viria do fim da isenção de impostos e do imposto progressivo para os mais ricos. Defendemos 6% do PIB nacional para a saúde.

Caso o governo não aceite sua reivindicação, qual seria a alternativa?

Aumentar os impostos para os mais ricos, diminuir dos mais pobres. A saúde está o caos de hoje por conta do subfinanciamento e da privatização. O SUS sucateado abriu margem para políticos dizerem que o problema da saúde é um problema de gestão, apenas. Não concordamos com isso.

Gabriele Duarte
duartes.gabriele@gmail.com
Lucas Inácio
lucasinacio.jor@gmail.com

Janaina Deitos

Educação

O que fazer para cumprir sua proposta de zerar as filas das creches?

Para isso, vamos usar recursos próprios. O orçamento é exatamente a peça que retrata o comprometimento com o que foi defendido. Vamos buscar apoio do Governo Federal. A presidenta se comprometeu em fazer seis mil creches no Brasil e tenho certeza que cumprirá. Florianó-

polis vai se capacitar para buscar esse recurso. Se o candidato do governo está dizendo que arrumou recurso do BID, nós vamos usar esse dinheiro para zerar a fila das creches. O critério para vagas tem que ser o socioeconômico, mas não dá para simplesmente usá-lo para excluir pessoas. O nosso critério é colocar todo mundo. Dá para fazer.

Mobilidade

Você propõe o sistema "rapidinho", com vias principais de ônibus alimentadas por vias capilares. Onde seriam as principais? Elas seriam construídas?

Tem que ser construído. A rua Dep. Edu Vieira e a av. Beira-Mar Norte são as duas vias principais. Propomos um corredor exclusivo nessas vias, com ônibus triarticulados para 300 pessoas. Ônibus menores só vão levar até o corredor. Não tem como fazer sem duplicar a Antônio Edu

Vieira. Se for necessário, tem que desapropriar, mas não é uma coisa imposta. O prefeito não faz um decreto e sai desapropriando. Não podemos fugir desse diálogo com a universidade. Os recursos já existem na Secretaria de Mobilidade. Vamos buscar parceria do governo do Estado, porque vamos fazer uma via Norte-Sul, SC 405-SC401, começando nos Ingleses e indo até o Trevo do Erasmo, no sul da ilha.

Meio Ambiente

Você propõe unidades habitacionais. Como e onde serão construídas?

Não sou contra a construção civil, mas você tem que construir com critério. No meio ambiente que temos, mais critério ainda. A especulação imobiliária contrói de qualquer jeito. Eu quero contar com a construção civil para fazer casas populares. Temos terrenos municipais abandonados que podem ser utilizados. Isso entra no Programa Morar Bem, que estamos propondo. A prefeitura viabiliza o terreno, o governo do esta-

do a infraestrutura, e o federal o financiamento. A parceria do governo federal já existe. Com determinação, acho que vai ser fácil arrancar do governo do estado. Nosso plano é fortalecer o Conselho Municipal de Habitação e transformá-lo também no Conselho de Regularização Fundiária. Não significa desalojar pessoas, é regularizar onde for possível a área onde elas estão vivendo. Não estamos propondo desalojar ninguém, só se for necessário.

Saúde

No plano de governo, você fala em especialização médica. De onde viriam esses profissionais?

Em relação à saúde, nós temos esse gargalo importante, que é a espera por consulta ou exame especializado. A média hoje é de sete a oito meses de espera. O problema é que a carreira municipal não é atrativa para os profissionais. O que eu defendo é a institucionalização de um estatuto próprio para servidores da saúde, para que eles permaneçam no município. A outra questão é a continuação do investimento de

21% em saúde que já acontece em Florianópolis. Para aumentar a cobertura, temos que começar pelas regiões de interesse social: Aparecida, Monte Cristo, Monte Serrat. Não tem sentido ter uma cobertura em Jurerê, em que a maioria das pessoas não usa Unidade de Saúde. Deve haver um critério.

Lucas Inácio
lucasinacio.jor@gmail.com
João Gabriel Nogueira
jotage.nogueira@gmail.com

Candidatos são barrados pela Ficha Limpa

TRE de Santa Catarina rejeita 40 registros de candidaturas das eleições municipais deste ano

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) finalizou, no dia 20 de setembro, os julgamentos referentes à Lei da Ficha Limpa. Dos 127 recursos apresentados contra candidatos a cargos públicos nas próximas eleições, quarenta registros estão indeferidos, sendo três deles para vice-prefeito, 17 para prefeito e 20 para vereador. Os partidos que lideram o ranking de candidatos barrados pelo TRE-SC são o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os dois com nove registros ameaçados de cassação.

Os registros dos candidatos permanecerão *sub judice*, ou seja, eles poderão ser votados. Porém, conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esses votos poderão ser validados ou descartados. O mesmo vale para as propagandas eleitorais, que também poderão ser divulgadas até que haja uma decisão definitiva.

O principal motivo para o indeferimento das candidaturas foi rejeição das contas, referentes ao exercício de cargos públicos, em gestões an-

teriores. Os candidatos foram enquadrados na nova redação, acrescentada pela Lei da Ficha Limpa.

A maioria dos candidatos que permaneceram sem registro tiveram suas candidaturas indeferidas inicialmente pelos juízes de 1º grau das zonas eleitorais das cidades que pretendem concorrer. Os candidatos ainda podem recorrer ao TSE. Foi o que aconteceu com o atual prefeito de Criciúma e candidato à reeleição Clésio Salvaro (PSDB), que continua sua campanha eleitoral normalmente, apesar de não ter conseguido o registro. Segundo a mais recente pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Catarinense (IPC), o candidato aparece como favorito nas estimativas de intenção de voto. Salvaro não conseguiu registro porque foi condenado, em 2009, pelo uso indevido de meio de comunicação social e por abuso do poder econômico e de autoridade,

praticados nas Eleições de 2008.

Segundo o advogado do candidato, Giovanni Dagostin Marchi, os juízes do TRE-SC não deram a devida atenção para as matérias que estavam presentes no recurso, pois, ao seu entender,

Atual prefeito de Criciúma, que tenta a reeleição, ainda não conseguiu registro

o candidato está apto para disputar essas eleições, já que em 2011, a Justiça Eleitoral determinou que o candidato cumpriu o prazo de três anos de inelegibilidade, ao qual foi condenado. “Nossas expectativas para que o registro de candidatura de Clésio Salvaro seja deferido

são as mais otimistas possíveis”, acrescenta.

De acordo com o Procurador Regional Eleitoral, André Stefani Bertuol, o TSE decidiu não aplicar integralmente a Lei da Ficha Limpa nessas eleições. Iria divulgar apenas aqueles que não teriam ressarcido seus débitos aos cofres públicos. Quando o fato foi descoberto, foi feito

o pedido para que uma nova lista com o nome de todos os envolvidos em irregularidades fosse divulgada. A lista completa possibilitou a abertura de mais processos com base na Lei da Ficha Limpa.

“O TSE depois disse que apenas a primeira lista seria ‘oficial’, mas nem o Ministério Público Eleitoral nem a Justiça Eleitoral deram bola para isso”, esclarece o procurador. O que conta, segundo ele, não é a opinião do TSE, mas o fato de que o órgão tenha rejeitado contas e julgado irrecorríveis por defini-las como prejudiciais aos cofres públicos. “Mas essa definição ainda pode ser melhor trabalhada”, conclui o procurador.

Bertuol define a aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa nessas eleições como um evento histórico na democracia brasileira. “A lei foi feita para efetivar as sanções eleitorais, diferente de muitas outras que possuíam esse aspecto, mas que eram bastante amenizadas por exceções ou interpretações benevolentes”.

Stefany Alves
stefanyjor@gmail.com

CANDIDATOS BARRADOS PELA FICHA LIMPA EM SC

CIDADE	CARGO	CANDIDATO	SIGLA
AGROLÂNDIA	Vereador	Jonas César Will	PSDB
	Vereador	Lauri Sunil Narciso	PSD
ARVOREDO	Prefeito	Waldecir de Souza	PT
BALNEÁRIO PIÇARRAS	Vereador	João Bento Moraes	PSDB
BALNEÁRIO RINCÃO	Prefeito	Décio Gomes Goes	PT
BENEDITO NOVO	Prefeito	Laurno Dalke	PMDB
BLUMENAU	Vereador	Fernando Mello Vianna	PMDB
BOM RETIRO	Vereador	Adenir Deucher	PP
BRUSQUE	Prefeito	Ciro Marcial Roza	PSD
CAMPO ERÊ	Prefeito	Odilson Vicente de Lima	PR
CAMPOS NOVOS	Vereador	João Valdenir da Silva	PSD
CAPÃO ALTO	Vereador	Giovani Correa Silva	PSD
CORREIA PINTO	Vereador	Volnei Leopoldo Hames	PMDB
	Vereadora	Neiva Pasturina Machado	PR
CRICIÚMA	Prefeito	Clésio Salvaro	PSDB
	Vereador	Edilson Medeiros	PT
	Vereador	Edson Nascimento	PSD
DOUTOR PEDRINHO	Prefeito	Hartwig Persuhn	PP
FORQUILINHA	Prefeito	José Cláudio Gonçalves	PSD
GRÃO PARÁ	Prefeito	Valdir Dacorégio	PMDB
ITAPEMA	Vereador	Silvio Woiszyk	PT
ITAPIRANGA	Vice-pref.	Tarcísio Kummer	PT
LAURENTINO	Vereador	Roberto Carlos Vargas	PSB
PAULO LOPES	Vereador	Manoel Izidoro Neto	PR
PERITIBA	Vereador	Vilmar Jacob Finger	PSD
PESCARIA BRAVA	Vice-pref.	Zulma Francisco	PHS
PONTE SERRADA	Prefeito	Clodemar Ferreira	PP
	Vice-pref	Sandro Fávero	PSDB
SANTA HELENA	Vereador	José Guerra	PR
SÃO JOÃO BATISTA	Prefeito	Laudir José Kammer	PMDB
SÃO MIGUEL DO OESTE	Prefeito	Nelson Foss da Silva	PT
SÃO PEDRO DE ALCANTARA	Prefeito	Salézio Zimmerman	PP
	Vereadora	Dalva Terezinha Clasen	PSD
TAIÓ	Vereador	Volnei Sandri	PSD
TANGARÁ	Prefeito	Robens Rech	PMDB
TREZE DE MAIO	Prefeito	Itamar Bressan Boneli	PMDB

■ Candidatos que tentam reeleição

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/SC



Juízes do Tribunal Regional Eleitoral tiveram trabalho para aplicar a nova lei

Lei contra corrupção surgiu por pressão popular no Congresso

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) altera a Lei das Inelegibilidades, impossibilitando o candidato de ser eleito pelo prazo de oito anos. Isso inclui aqueles que foram condenados por decisão julgada ou decretada por órgão judicial colegiado, aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados e os que foram condenados por improbidade administrativa com intenção de causar danos aos

cofres públicos e o enriquecimento ilícito.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) reuniu mais de 1,6 milhão de assinaturas pela implementação da Lei da Ficha Limpa. O projeto foi aprovado pelo Senado em 2010, mas foi somente em fevereiro deste ano que o Supremo Tribunal Federal (STF) validou e declarou que ela entraria em vigor para essas eleições.

Startups são apostas ousadas do momento

Empreendedores investem em oportunidades com alto potencial de crescimento a curto prazo

As startups viraram moda no Brasil. Como todo setor da economia que ganha destaque, o que não faltam na imprensa são notícias sobre o tema. Não raro a mídia veicula matérias que garantem que conhecendo apenas "10 passos" é possível enriquecer com esse novo modelo de negócio. Como o próprio conceito de *startup* a define como uma empresa com alto potencial de crescimento em um curto espaço de tempo, parece ser possível enriquecer como em um passe de mágica. Aliado a isso, o baixo capital investido para iniciar o negócio cria para muitos a impressão de que qualquer um que esteja interessado consegue ser bem sucedido.

O cenário lembra a bolha das empresas pontocom no final da década de 1990. Ambas as possibilidades trabalham com expectativas de lucro futuro, difíceis de serem mensuradas por se tratarem apenas de projeções, sem um histórico no qual possam ser fundamentadas. Apesar do mercado brasileiro não ter fôlego suficiente para produzir uma bolha, com o número crescente de empresas sendo abertas diariamente surge a dúvida: existe mercado para todas elas?

Nesse cenário de apostas e incertezas, a aceleradora Whapp, sediada Florianópolis, investiu cerca de US\$ 300 mil na primeira *startup* brasileira que propõe um modelo de negócio semelhante ao que é apresentado pelos norte americanos. O *site* Moovia é uma proposta de rede social profissional que pretende desbancar o LinkedIn.

Criado pelos empreendedores Rodrigo Griessi e Daniel Wunderlich, o *site* está no ar desde janeiro deste ano e conta com cerca de 12 mil usuários do mundo todo. No início de setembro a iniciativa recebeu destaque no *site* da revista Forbes pelo seu potencial de crescimento.

Elton Miranda, presidente da Associação Brasileira de Startups (ABS) e um dos sócios

da Whapp, explica que o projeto se encontra na fase de aquisição de clientes. "Até agora a adesão foi espontânea. A partir deste momento, entramos no estágio de prospecção e precisamos ter um crescimento de pelo menos três mil novos usuários por dia".

Miranda considera ser justamente esse o segredo de crescimento: conseguir entrar na chamada "fase de aquisição" sem precisar investir muito dinheiro, já que para ser uma *startup* a empresa precisa crescer de forma rápida sem aumentar os custos de manutenção. Por se tratar de "segredo de mercado", ele não revela quais as estratégias de marketing que serão adotadas pela empresa daqui pra frente.

Mas seus sócios e fundadores ainda enfrentam o maior desafio desse segmento no Brasil: atrair capital. "A Moovia teria que mudar para que os investidores brasileiros apostem nela. Não faz parte da nossa cultura investir numa empresa sem que ela esteja gerando lucro", avalia Miranda. Ele acredita que iniciativas como o Twitter e o Facebook não teriam recebido financiamento se as ideias tivessem surgido no Brasil.

Foi para iniciar um processo de captação de investimentos e atrair novos usuárias que a equipe foi até o Vale do Silício, na Califórnia, participar do TechCrunch Disrupt. A conferência aconteceu entre os dias 10 e 12 de setem-



Programadores da Moovia no Vilaj Coworking: *site* conta com 12 mil usuários do mundo todo

bro e reuniu figuras conhecidas do mercado de tecnologia, como o cofundador do Twitter, Jack Dorsey, e o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg.

Ainda não há no Brasil *cases* de sucesso como no mercado americano. No entanto, a jogada de marketing de uma brasileira de apenas 24 anos ganhou destaque na imprensa nas últimas semanas. Bel Pesce acaba de lançar um livro sobre empreendedorismo, disponível gratuitamente na internet: *A Menina do Vale*. Sócia da *startup* Lemon, empresa baseada no Vale do Silício que produz um aplicativo de finanças pessoais para celular, Pesce conseguiu alavancar seu número de usuários brasileiros com a divulgação da obra.

Em um mês, o *e-book* alcançou a marca de meio milhão de *downloads*. Com um conteúdo muito semelhante aos conhecidos *best-sellers* da área de empreendedorismo e capítulos que resvalam na autoajuda, o que chama atenção é o currículo da jovem. Depois de desbancar 3,5 mil concorrentes, Pesce entrou no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA. Lá estudou engenharia elétrica, ciências da computação, matemática, liderança, administração e economia, além de passar por empresas como Google, Microsoft e Deutsche Bank. Em junho deste ano, sua empresa recebeu um financiamento de US\$ 8 milhões, algo ainda impensável para os padrões brasileiros.

ACELERADORA

Parecidas com as incubadoras, são instituições que auxiliam as *startups* oferecendo estrutura física e consultorias administrativa e financeira a custos bem reduzidos.

B2B

Em inglês, *Business to Business*. É um dos tipos de comércio vendidos pelas empresas. Nesse caso, a *startup* desenvolve um produto ou serviço cujo público alvo são outras empresas. A Chaordic, empresa de Florianópolis que desenvolve um sistema de gerenciamento para grandes lojas de *e-commerce* no Brasil, é um exemplo de empresa B2B.

BUZZ

É o efeito viral de uma *startup*. Quando uma ideia é fantástica e todo mundo passa a falar do produto ou serviço que está sendo ou será desenvolvido pela empresa nascente. O *buzz* também pode acabar prejudicando a imagem da empresa, ao gerar muita expectativa em torno de um produto sem grande receptividade no mercado.

CAC

Em inglês, *Cost of Customer Acquisition*. Uma das principais causas de falência de algumas *startups*, CAC é o quanto custa para um cliente aderir ao produto desenvolvido pela empresa. Quanto maior o CAC, menor a monetização inicial da empresa.

MENTORIA

Quando um empreendedor muito experiente e com anos de mercado auxilia os primeiros passos de uma *startup*. Algumas aceleradoras e incubadoras oferecem esse profissional entre seus serviços.

C2C

Em inglês, *Consumer to Consumer*. São plataformas desenvolvidas para interação direta entre clientes. Alguns exemplos brasileiros são o Mercado Livre e Buscapé.

MINDSHARE

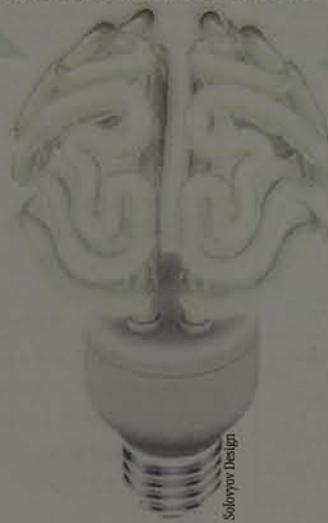
É o quanto os consumidores falam do seu produto e reconhecem uma identidade nele. No caso da Axado, eles querem alterar o *mindshare* brasileiro que relaciona fretes e encomendas apenas com o serviço dos Correios.

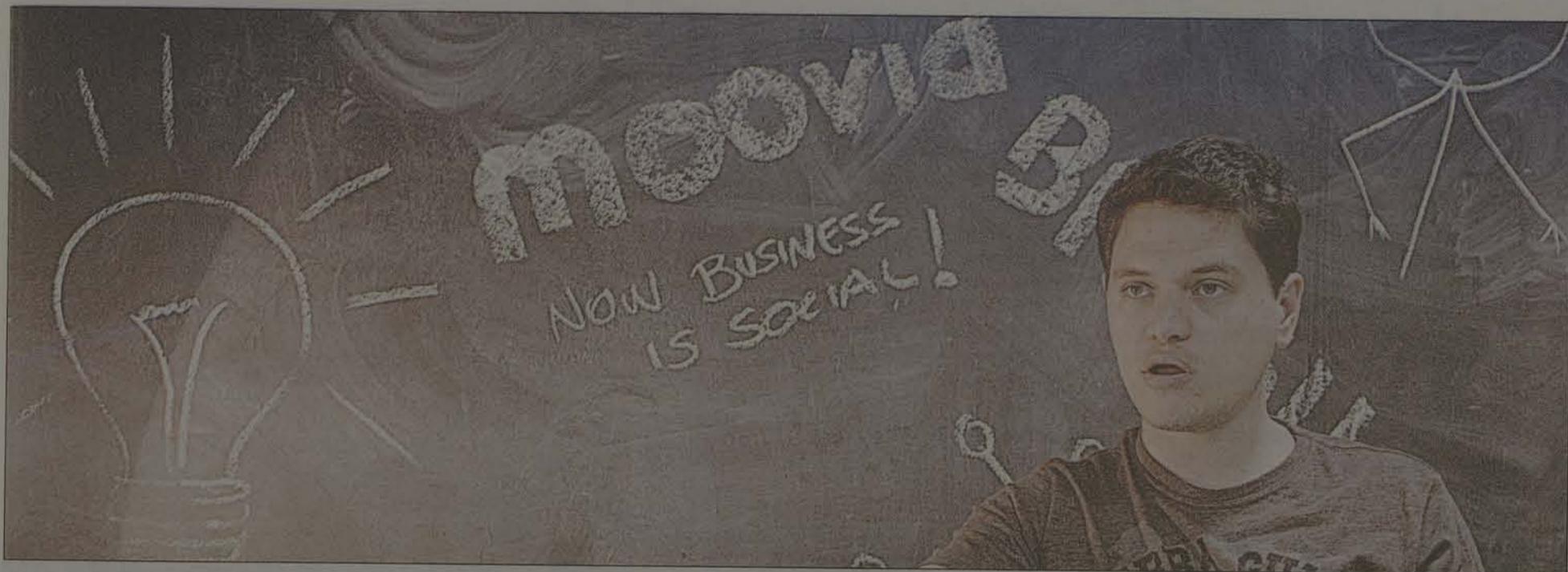
MONETIZAÇÃO

Em empresas que oferecem serviços e plataforma gratuitas, é a forma que a companhia transforma sua base de clientes em valores monetários mensuráveis.

EARLY ADOPTERS

São aqueles usuários que utilizam o serviço disponibilizado pela *startup* apenas uma vez, como novidade e depois desaparecem da plataforma. Transformam-se em números fantasmas.





Os riscos da inovação em um mercado complexo

Quando a Google foi criada já havia uma concorrente no mercado que oferecia um serviço semelhante, mas menos eficiente, a Yahoo. Não raro, *startups* americanas criam soluções que rapidamente ganham destaque e que empresas de maior porte poderiam ter apresentado ao mercado. Por que então elas não lançam esses produtos? O processo de inovação dentro de empresas consolidadas é muito mais complexo e demorado do que no modelo com poucos funcionários e baixo capital de investimento. No entanto, a aposta na inovação tem seu contra: o risco é maior.

Inovar é apostar em um nicho ainda desconhecido pelo mercado. Por venderem ideias ou produtos que

normalmente não possuem equivalentes, a falta de uma concorrência direta pode ser benéfica se o conceito der certo. Mas a dificuldade em mensurar a demanda e em definir o perfil do consumidor é o que torna o negócio tão arriscado e cria um cenário de extrema incerteza. Não há uma estimativa oficial, mas Elton Miranda acredita que cerca de 90% destas empresas não dão certo no período de um ano e o principal motivo apontado é justamente a dificuldade em fazer uma pesquisa de mercado. "A *startup* está inventando algo que não existe. Nesse caso, é mais importante testar o mercado do que pesquisar", avalia Guilherme Lopes, fundador da empresa Resultados Digitais.

Depois de ter trabalhado um ano e meio em um projeto que pretendia revolucionar o conceito de TV Digital no Brasil, Lopes entendeu que o produto precisa ser colocado no mercado ainda na sua fase inicial. "Essa é a única maneira possível de receber *feedbacks* do público e adaptar o produto antes de chegar à sua versão final", explica. A equipe de engenheiros responsável pela execução do projeto descobriu que não havia mercado para o produto que estavam oferecendo. "Lançamos algo que estava à frente da expectativa do consumidor. Nosso erro foi terminar antes de testar sua viabilidade. Resultado: ninguém estava disposto a pagar por isso". Formado no curso de Engenharia de Automação da UFSC,

Lopes tinha o conhecimento técnico de um profissional da tecnologia da Informação (TI), lhe faltando experiência de mercado e noções de marketing e empreendedorismo.

O prejuízo só não foi maior porque a equipe contou com um capital de R\$ 2 milhões de fundo perdido do governo federal. Segundo Lopes, a Agência Brasileira de Inovação (FINEP), que apoiou a iniciativa, exerce um papel importante de incentivo a novas ideias, mas não avalia nem encaminha a empresa para o mercado.

O caminho inverso foi traçado pelos fundadores da empresa Axado.com, um site de pregão eletrônico que reúne transportadoras de todo o Brasil. Depois de realizar um estudo pelo país,

Guilherme Reitz e Leandro Baptista, estudantes recém-formados no Curso de Administração da UFSC, concluíram que não havia serviço semelhante no País. Ambos largaram seus empregos e tiraram cerca de R\$ 30 mil do próprio bolso para investir no portal. O site começou a operar no início de 2012 e em três anos a dupla espera lucrar R\$ 50 milhões, se tornando um concorrente direto dos Correios, monopolizador do mercado de transportes.

Leonardo Lima
leosilvalima@gmail.com
Leticia Teston
leticiateston@gmail.com

Coworking oferece infraestrutura e contatos a preços econômicos

Os custos que envolvem abrir uma empresa no Brasil são elevados para quem está começando do zero. Além dos impostos e do contador, os empresários precisam alugar um espaço físico, contratar um plano de internet e às vezes pagar um alto valor de condomínio. Caso não existissem alternativas, estes custos inicias acabariam inviabilizando o nascimento de diversas *startups*. Foi para suprir esses empecilhos físicos e econômicos que surgiram os espaços de *coworking*.

Conceito - Profissionais autônomos que trabalham em casa ou viajam muito a trabalho sofrem de um problema em comum: o isolamento. Surge então a solução *coworking*, um espaço coletivo onde várias pessoas trabalham - cada uma em seu grupo, empresa ou projeto pessoal - no mesmo ambiente, compartilhando

valores, ideias e parcerias profissionais. Grande parte dos espaços foram fundados por empreendedores "nômades" de tecnologia, que buscavam locais de trabalho alternativos aos cafés e às suas próprias casas. Incubadoras de *startups*, centros de negócios ou escritórios virtuais não se encaixam neste modelo, pois lhes faltam características naturais ao ambiente: o contato social colaborativo e informal. As práticas de convívio do *coworking* fazem com que ele se aproxime do modelo das cooperativas, uma vez que o foco não está apenas no lucro mas também na sociedade e na troca.

História - O termo foi criado por Bernie DeKoven em 1999 e, em 2005, foi usado por Brad Neuberg para descrever um espaço físico similar à ideia chamado de "9 to 5 group". Neuberg criou depois o HatFactory,

um espaço de *coworking* baseado em São Francisco que consistia em um apartamento onde trabalhavam três profissionais de tecnologia e que abria suas portas durante o dia para "avulsos" que precisavam de um lugar para desenvolver suas atividades e queriam compartilhar experiências. Hoje, estima-se que existam mais de 400 espaços do gênero em 6 continentes.

Em Florianópolis estes lugares são recentes, mas vêm se multiplicando com mais velocidade nos últimos anos. Os preços podem variar entre R\$20, para uso de salas de reunião, a R\$700, para uso integral do espaço que dá direito a uma mesa, internet, sala de reuniões, café, entre outros. Há diversas possibilidades para montar pacotes de acordo com o perfil de cada cliente ou empresa interessada em participar do *coworking*.

Alguns espaços espalhados por bairros de alta concentração populacional em Florianópolis:

SmartMobs (smartmobs.com.br)
Rua Nunes Machado, 93, 1º Andar - Centro
Tel.: (48) 3206-6695

VilajCoworking (vilaj.com.br)
Rua Lauro Linhares, 1281, Sala 4 - Trindade
Tel.: (48) 3039-4889

ItacorubiCoworking (itacorubi.com.br)
Rua Pastor William Richard Schisler Filho, 452, Sala 301 - Itacorubi
Tel.: (48) 3304-2400

Upspace (upspace.com.br)
Rua Professora Maria Júlia Franco, 175 - Prainha
Tel.: (48) 4052-8375

Produção e sofrimento das aves em granja

Repórter expõe condições da criação de galinhas poedeiras em uma propriedade de Biguaçu

Se o ovo é branco, a galinha é branca. Se é marrom, a galinha é marrom. E se o ovo é branco, a galinha vive numa gaiola de dois palmos por dois e meio, com outras cinco galinhas. Se é marrom, ela vive com outras quatro. Independente da cor, precisam passar umas por cima das outras se quiserem se mexer.

Essa é a base da produção de ovos para consumo, que vem crescendo no Brasil. O ano passado fechou a produção como se cada habitante do país tivesse comido 162,5 ovos, 11% a mais que em 2010. Ovos mexidos, cozidos, fritos, no bolo e na massa. Até pincelado em cima da empadinha tem ovo. Para atender a demanda, as galinhas brancas e marrons botaram 8 bilhões de ovos nos três primeiros meses de 2012.

NASCIMENTO

A vida das galinhas começa numa granja reprodutora. Ovos fecundados por uma matriz e um galo ficam em máquinas de incubação, que servem para esquentá-los e chocá-los até o nascimento dos filhotes. Os ovos precisam ser virados constantemente, como a mãe faria num ninho, para evitar que o embrião se forme preso à casca.

No mesmo dia em que nascem, os pintinhos são separados por sexo. Um sexador de aves profissional leva no máximo cinco segundos para encontrar saliências na cloaca do recém-nascido e jogá-lo na caixa correspondente ao seu sexo. As fêmeas, chamadas pintainhas de um dia, serão vendidas por cerca de R\$ 1,50 às granjas de poedeiras. Vão sozinhas, sem os machos, já que botam ovos naturalmente, como parte usual de seu ciclo reprodutor, independentemente de fecundação.

Como os machos não têm utilidade nas granjas, e nem genética para se tornarem frangos de consumo, são considerados “resíduos de incubadouro”, assim como seus irmãos deformados, cascas e ovos quebrados ou estragados. Esses resíduos (pintinhos vivos e restante do lixo) podem ser pulverizados em autoclaves, triturados em moedores ou descartados em aterros. O recomendado pela Embrapa é a trituração, com posterior compostagem para minimizar os danos ambientais.

O transporte das fêmeas até a granja é feito em caixas de papelão ou plástico. O caminhão é termicamente preparado para que morra o menor número de pintainhas possível, pois, como são vendidas assim que nascem, elas não comem nem bebem nada até chegar ao destino.

DEBICAGEM

Quando se encontram em situação de stress, galinhas tendem ao canibalismo. Algumas bicam os olhos, pescoços, ovidutos (canal por onde passam os ovos) das companheiras. Para evitar perdas quando forem para as gaiolas, seus bicos pontudos são cortados a dois milímetros da narina, deixando-os arredondados e menos lesivos.

Com os bicos arredondados, elas também não conseguirão escolher os grãos no comedouros, evitando o desperdício de alimento. Não conseguirão também vocalizar seu cacarejo normal, fazendo um som anasalado, soprado, semelhante ao gemido dos fantasmas de um filme antigo.

O processo de debicagem é feito

com pintainhas de sete a dez dias, e pode ser repetido de dois a três meses. A lâmina é aquecida a uma temperatura de 600°C a 700°C e se deve esperar que fique vermelha escura para que cauterize os bicos corretamente. A pintainha é segurada por uma mão, com um dedo pressionando debaixo do pescoço para minimizar queimaduras na língua.

As galinhas têm terminações nervosas, responsáveis pela capacidade de sentir dor, até a ponta do bico. E têm vasos sanguíneos, portanto, o bico decepado precisa ser moldado na lâmina quente até que pare de sangrar. As pintainhas tomam reforços de vitamina K por dois dias posteriores para evitar hemorragias excessivas durante a cicatrização.

Sete milhões de machos por mês são triturados, descartados ou pulverizados

VIDA PRODUTIVA

As poedeiras são transferidas para as gaiolas com 105 a 111 dias. A gaiola padrão tem 45 x 50 cm (o equivalente a esse jornal aberto) onde são alojadas de cinco a seis galinhas. As gaiolas são suspensas umas sobre as outras, em galpões abertos sujeitos às variações climáticas da região.

O piso das gaiolas é de arame gra-



As 125 milhões de poedeiras confinadas no Brasil botam 430% mais ovos do que na natureza

deado, para que as fezes das galinhas possam passar e acumular no chão do galpão, onde formam pilhas de quase um metro de altura até serem retiradas e vendidas para esterco. O piso de arame impede que as galinhas realizem seu comportamento natural de ciscar, portanto suas unhas crescem indefinidamente até enrolar nas pontas, o que as impediria de ficar de pé num chão de terra normal. O que não é problema, pois elas só são retiradas das gaiolas para vacinar, quando morrem ou ao término da vida produtiva, com um ano e oito meses. No entanto, esse tempo pode ser estendido com o processo de muda forçada.

MUDA FORÇADA

Assim como a postura de ovos, a muda é natural na vida das aves. Ela consiste em mudanças fisiológicas (como a troca de penas) e pausa no sistema reprodutor, para que a ave se recupere e reinicie o ciclo. O processo todo leva quatro meses na natureza, e seu período de início varia muito de ave para ave. Portanto, a indústria desenvolveu métodos de forçar a muda quando a produtividade está baixa.

Antes do processo de muda, galinhas fracas devem ser descartadas. As restantes ficarão sem comer de dez a 14 dias, perdendo 30% de seu peso corporal e voltando ao tamanho que tinham quando eram jovens. Segundo a União Brasileira de Avicultura, o jejum prolongado causa stress severo nas aves e deve-se esperar a mortalidade de uma a cada cem galinhas. As 99 sobreviventes, entretanto, iniciarão um novo ciclo de postura, com maior produtividade.



Aves são apinhadas em gaiolas de 45 x 50 cm por toda vida

MORTE

A muda forçada aumenta a vida útil das galinhas em até sete meses. Com mais de dois anos de vida em gaiola, a galinha bota poucos ovos e deve ser substituída por uma pintainha mais saudável.

As galinhas velhas são vendidas a R\$ 0,50 a frigoríficos, onde são transformadas em ração para cães e gatos. Ao todo, uma delas bota 300 ovos, cerca de quatro vezes mais do que os 70

que colocaria na natureza.

Segundo o IBGE, existem 125 milhões de poedeiras efetivas no Brasil. A cada mês, sete milhões de pintainhas são produzidas e sete milhões de machos de um dia são descartados. De acordo com os dados, a produção – que é voltada 99% para o mercado interno – tende a aumentar ainda mais.

Giovanna Chinellato
giovanna@chinellato.com.br



Reidiel Canaboa

Defensoria Pública pode não atender à demanda

Núcleo da Capital será o único ativo no início de 2013

A Defensoria Pública do Estado iniciará as atividades em março de 2013 com apenas um dos 21 Núcleos Regionais, o de Florianópolis. O orçamento para os gastos iniciais de pagamento de servidores e manutenção da estrutura física pode não ser suficiente para a nova instituição atender a demanda de quem não tem como pagar por um advogado.

O orçamento para o início da implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina não será muito diferente dos pagamentos realizados para o serviço de defensoria dativa.

O defensor público-geral, Ivan Ranzolin, afirmou que o valor para 2013 será entre R\$ 13 milhões e R\$ 14 milhões. "Precisaríamos de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões por mês, mas como ainda está no início, de R\$ 1,2 milhão a R\$ 2 milhões podem ser suficientes". O procurador-geral do estado, João dos Passos, acredita que o investimento vai cobrir os pagamentos e as primeiras instalações.

Para a gerente da defensoria dativa, Flavia Pimental, seria necessário dobrar ou triplicar o valor, mas o orçamento nunca foi suficiente.

Passos afirma haver limitações financeiras e jurídicas. Para ele, a Defensoria possível é a que a sociedade pode bancar. "O Estado tem que observar a lei de responsabilidade fiscal, não pode definir um número qualquer de servidores". A lei prevê uma implantação gradual. "Tem que ter paciência e perceber que não dá pra fazer mágica. Parece que é um problema de vontade."

Parcerias serão feitas para ajudar na demanda. "Visitamos a defensoria da União, que tem dez defensores. Também serão contratados estagiários do curso de Direito para orientar a comunidade", explica Ranzolin.

Diminuir o número de ações judiciais também é um dos focos. "Fazem estimativas de número de defensores

necessário com base na situação de insanidade em que vivemos. É mais importante combater a ilegalidade do que continuar aumentando os servidores", destaca Passos. Ranzolin acredita na possibilidade de eliminar muitas ações com acordos e audiências de conciliação.

De janeiro a setembro deste ano, foram solicitados 100,8 mil atendimentos por meio da defensoria dativa e 50,5 mil processos foram concluídos. No ano passado, foram 214 mil, com 93,6 mil finalizados.

A sede para os primeiros concursados será instalada na capital até março de 2013. O concurso prevê vagas para 60 defensores, 50 analistas técnicos, e 40 técnicos administrativos. Ivan Ranzolin afirma que, até fevereiro, todos devem estar contratados. A sede, alugada, fica na Rua Trajano e a Secretaria da Administração está preparando a licitação para os móveis. "Agora nós queremos nos instalar. O prédio já está todo prontinho."

Estão previstas 21 unidades ao todo. O professor de Processo Penal da UFSC e juiz da 4ª Vara Criminal de Florianópolis, Alexandre da Rosa, avalia a estrutura como insuficiente. "A defensoria traz uma grande carga de cidadania e o poder público não quer isso."

Até a instalação dos Núcleos Regionais, o atendimento será feito por convênios, credenciamento de profissionais ou por Defensores Públicos mais próximos. De acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cerca de 7.500 advogados estavam cadastrados para a defensoria dativa até março. Em setembro, eram 2.291. "Até que se tenha o concurso, temos que fazer o convênio com a OAB porque está tudo parado", lembra Ranzolin. A Defensoria ainda não estudou que tipo de convênio vai ser firmado.

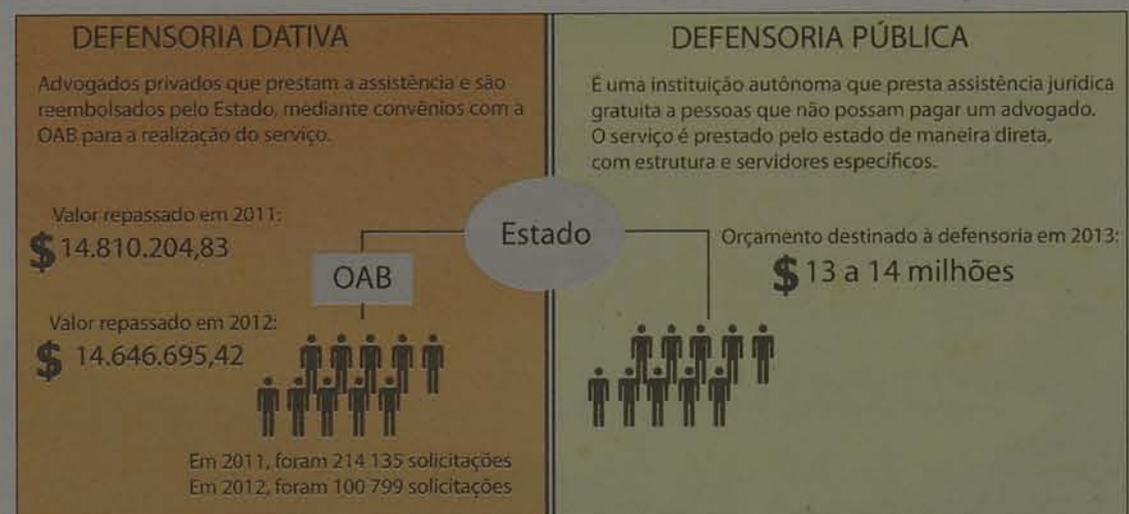
Jéssica Melo
jehmelo0@gmail.com

Passos admite limitações financeiras para criar a Defensoria

Nomeação prejudica a autonomia da instituição

A Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) analisa maneiras de reverter a indicação de cargos da Defensoria. "Até outubro estaremos com isso definido, para entrarmos com as medidas judiciais cabíveis", explica o vice-presidente Antônio Maffezoli. O presidente da ANADep, André Castro, destaca que esses cargos são para profissionais de carreira. "Pernambuco já indicou um advogado para exercer o cargo de defensor público-geral e a ANADep ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF. O órgão determinou que o advogado fosse substituído por um defensor público de carreira", ressalta. O juiz Alexandre da Rosa alega que, como os interesses podem ser divergentes, a nomeação faz com que o representante seja direcionado a atender os interesses do governador e torna a defensoria "um braço do executivo, quando deveria ser uma instituição autônoma".

Ivan Cesar Ranzolin foi indicado defensor público-geral por dois anos. Ranzolin já foi deputado estadual e federal, além de secretário estadual. Sadi Lima, que já foi procurador-geral do estado, foi nomeado subdefensor público-geral e George Zaccarão assume a corregedoria-geral. João dos Passos diz que foi a única alternativa, pois não havia servidores de carreira. "O servidor público passa pelo estágio probatório e está sob avaliação. Se um dos nomeados do próximo concurso for o defensor-geral, vai avaliar o desempenho dele mesmo?" questiona. Para Passos, a nomeação não fere a autonomia porque o governador não pode dispensar o defensor.



Estado cumpre exigência do STF

A defensoria dativa foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março deste ano. A falta de Defensoria Pública compromete o direito à assistência jurídica gratuita. O procurador-geral do Estado garante não haver omissão. "Antes disso, há um

modelo numa lei vigente. Declarada a inconstitucionalidade, em três meses fizemos a lei".

Em maio, o executivo enviou para a Assembleia Legislativa (ALESC) o projeto que cria a Defensoria Pública, aprovado em julho. A lei foi sancionada em agosto. O deputado José

Nei (PSD), relator da matéria, afirma que as modificações ampliaram a estrutura, como o aumento de 20 para 60 defensores no primeiro concurso e a instalação de 21 núcleos, e não apenas 14. "O governo quer adotar as medidas necessárias para implantar rapidamente a estrutura."

Dois homens e três décadas de histórias

Eudes e Everton se conheceram na sala de aula e agora ganharam o direito de adoção

O senhor alto de olhos azuis aciona o portão eletrônico. De bermuda e chinelo, Eudes B., 61 anos, abre as portas do seu lar e já vai contando: "Temos uma empresa nos dias úteis, mas nos fins de semana somos carpinteiros, pedreiros, pintores..." A manutenção do terreno de 90 por 30 metros demanda muitos afazeres.

Logo aparece Everton C., 49 anos, seu companheiro há 31, trajando um macacão de jardineiro. Tem a testa salpicada de gotas, vindas do trabalho e do sábado quente. "O Everton tem mão cuidadosa de dentista, é bom com esses serviços domésticos", comenta Eudes.

Os dois se conheceram há três décadas, num colégio de freiras em Criciúma. Eudes, o professor de matemática de 30 anos. Everton, o aluno tímido de 18, sempre escondido no fundão da sala. Não se notaram a princípio, só foram se descobrir numa festa em que um era anfitrião e o outro foi convidado meio por acaso. Ali, ataram um laço que não viria a se desfazer.

Dois meses depois, vieram para Florianópolis em busca de estudo e refúgio, incomodados com as pequenezas do interior. Encontraram a natureza de onde cresceram num Campeche ainda inexplorado, onde dava até para "nadar pelado". Vizinhos, posseiros, empreendimentos imobiliários chegaram ao poucos, respeitando o casal não-conven-

cional que estava ali primeiro e soube se impor à opinião alheia.

O pior preconceito veio da família de Everton.

Primogênito numa casa de pai e irmãos machistas, preferiu não assumir a relação, contou apenas que estava indo para a capital morar com o ex-pro-

fessor. Foi um choque quando os pais descobriram que na verdade eles formavam um casal. "Foram dois anos de perseguição, terrorismo, agressão física e verbal... até que um dia a ficha caiu e eles mudaram para a tática da aproximação", revela Everton. "Mas a mudança foi pela dor", acrescenta Eudes.

Bissexual com forte atração por mulheres, o próprio Everton tinha preconceito, e precisou de um tempo para lidar com a ideia de estar num relacionamento homoafetivo. "Com o amadurecimento fui vendo que, se estou nessa situação, é porque é disso que eu gosto", diz, rindo.

Eudes notou sua indiferença pelo sexo feminino por volta dos quinze anos, mas só aceitou-se na casa dos 30. Até lá, foi seminarista, lidou com conflitos internos e externos, com as idéias de pecado e doença, quase noivou com uma moça. A aceitação de sua família foi mais fácil, pois quando assumiu já era adulto e financeiramente independente. Hoje, os dois têm boas relações com seus parentes.

Em 1991, montaram a clínica odontológica que têm juntos até hoje. Eudes cuida da parte administrativa e Everton da parte clínica. Um não se mete no

espaço do outro e, segundo eles, é por isso que funciona. Com esse trabalho conquistaram certa estabilidade, garantindo uma questão que consideram muito importante: o respeito da comunidade. "Se a gente fosse pobre, seríamos escorraçados", garante Everton.

"Tivemos a crise dos três anos, dos sete anos, dos 12 anos, dos 21...", lembra Everton, brincando sério. Para administrar tanto conflito, usam o método da "balancinha do relacionamento". "A gente coloca as coisas boas de um lado, as ruins de outro, dá nota pra cada aspecto, soma tudo e vê qual prato pesa mais", explica Eudes, que foi professor por muito tempo e garante que a arit-

mética dá certo. A balança sempre pendeu para o lado positivo e os dois foram ficando juntos. Muita terapia, individual e de casal, contribuiu para isso.

Como vivem e trabalham juntos, fazem de tudo para combater a monotonia. "Saímos da clínica e eu convido: por que não vamos comer um sushi? Às vezes, chegamos em casa e abro uma chaminé, sem data especial nem nada, só para brindar um ao outro", conta Eudes. "A rotina é um câncer", define Everton, com precisão de bisturi.

No canil, três cães latem sem parar. "Adoramos animais. Justamente por isso curtimos essa criação doméstica de galinhas", destaca Eudes.

O próximo projeto conjunto é adotar duas crianças. "Começamos todo o processo há três anos. Fizemos um curso de dez horas com psicólogo, promotor, pedagogo, demos entrevistas. Só falta sermos chamados", conta Eudes. Pelo quintal, roupas balançando no varal e muito espaço, onde os filhos poderão correr à vontade. "Temos muito amor para dar, e essas crianças vêm para efetivar isso."

Luisa Nucada
nucada@gmail.com

Eles enfrentaram preconceitos e conquistaram o respeito da comunidade

